



Barbara Paraiso Garcia Duarte da Rosa

A função da fantasia em análise

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Monah Winograd

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2014



Barbara Paraíso Garcia Duarte da Rosa

A função da fantasia em análise

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Monah Winograd

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Junia de Vilhena

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Marcus Andre Vieira

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Regina Herzog de Oliveira

Instituto de Psicologia - UFRJ

Prof. Vinicius Anciães Darriba

Instituto de Psicologia - UERJ

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Barbara Paraiso Garcia Duarte da Rosa

Graduou-se em Psicologia, em 2006, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Concluiu seu mestrado em Psicologia Clínica, em 2010, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Atualmente, atua como psicóloga clínica, em consultório particular, e exercendo a função de mediadora escolar.

Ficha Catalográfica

Rosa, Barbara Paraiso Garcia Duarte da

A função da fantasia em análise / Barbara Paraiso Garcia Duarte da Rosa; orientador: Monah Winograd. – 2014.

100 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2014.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Fantasias. 3. Fantasia fundamental. 4. Objeto a. 5. Experiência analítica. I. Winograd, Monah. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

À Monah Winograd, pela orientação precisa e motivadora.

Ao Marcus André Vieira, pela co-orientação informal, atenta e generosa.

À minha família, pelo porto seguro.

Aos amigos, pelos encontros coloridos.

Sumário

1. Introdução	8
2. Do impossível às fantasias	12
2.1. A fantasia sexual na etiologia das neuroses	12
2.2. Erotismo infantil em cena: sobre a origem auto erótica das fantasias	18
2.3. Experiência (significante) de satisfação	27
2.4. Cena primária: entre o real e a realidade psíquica	35
3. Sujeito e objeto na fantasia	42
3.1. Sobre a função fálica da fantasia	42
3.2. A estrutura da fantasia: entre alienação e separação	47
3.3. Fantasia e angústia: objeto a ser perdido	51
3.4. O gozo proporcionado pela fantasia fundamental	55
4. O trabalho com a fantasia em análise	60
4.1. Construção transferencial da fantasia	60
4.2. Entre suposto saber e desejo do analista	71
4.3. O impasse da destituição subjetiva	77
4.4. Retificação ontológica lacaniana	84
5. Considerações finais	88
Referências bibliográficas	94

Resumo

da Rosa, Barbara Paraiso Garcia Duarte; Winograd, Monah (Orientadora). **A função da fantasia em análise**. Rio de Janeiro, 2014, 100p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo do presente trabalho é definir a função da fantasia em análise, tendo como referência central a perspectiva elaborada por Lacan enquanto uma via de retorno aos textos de Freud. Partiremos de uma montagem da concepção freudiana sobre as fantasias, em seguida, abordaremos a proposta lacaniana segundo a qual a fantasia fundamental é o objeto construído durante a análise. Tendo em vista o conceito de objeto a, forjado por Lacan como o resto da fantasia construída, abordaremos a destituição subjetiva, operada em análise, como um impasse decorrente da identificação do sujeito com esse resto. Finalmente, buscaremos delinear a restituição ontológica operada por Lacan, a partir da qual a destituição subjetiva é tomada como um efeito de ser.

Palavras-chave

Fantasias; fantasia fundamental; objeto a; experiência analítica.

Résumé

da Rosa, Barbara Paraiso Garcia Duarte; Winograd, Monah (Orientadora). **La fonction du fantasme en analyse**. Rio de Janeiro, 2014, 100p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

En avant comme point de départ une montage de la conception freudienne sur les fantasmes, nous soulevons la proposition de Lacan sur le fantasme fondamental en tant q'objet à être construit pendant l'analyse. Par la suite, en vue de la notion de l'objet a, forgée par Lacan comme le reste du fantasme construit, nous aborderons la déstitution subjective, operée dans l'analyse, comme un impasse suite à l'identification du sujet à ce reste. Finalement, chercherons des traces de la réstitution ontologique operée par Lacan, par le moyen de laquelle la déstitution subjective est prise comme un effet d'être.

Mots-clés

Fantasmes; fantasme fondamental; objet a; expérience analytique.

1

Introdução

A presente pesquisa tem como inspiração os impasses vividos na tentativa de empreender um trabalho clínico de orientação psicanalítica. Dentre as questões suscitadas na prática analítica, o recorte do objeto desta pesquisa privilegiou o problema formulado por Lacan (1953a/1966; pág. 242) sobre a função da fantasia. Na formulação de tal problema, Lacan se refere à sanção simbólica que determinados psicanalistas conferem às fantasias, ao seu modo de interpretá-las. A crítica empreendida incide sobre a interpretação analítica que reduz a função da fantasia na análise a uma reprodução imaginária das relações libidinais. Em contraste com a abordagem criticada, a abordagem lacaniana da fantasia situa a concepção sobre o desejo do Outro no cerne da função da fantasia em análise. Da perspectiva proposta, não é extamente às relações libidinais, mas ao impossível da relação sexual que a fantasia vem dar enquadre.

Freud não deixou de incluir os limites da psicanálise como elementos por ele utilizados em sua criação. Do ceticismo em relação ao poder de cura do tratamento analítico (Freud, 1897a) à conceituação da pulsão de morte (Freud, 1920), cuja manifestação é a compulsão à repetição que torna a análise interminável (Freud, 1937a), Freud destacou o impossível em jogo na tarefa do analista. O erotismo recalcado, suposto na etiologia da neurose, não se manifesta a não ser através de formações substitutivas, como o sonho, o sintoma, os chistes e as fantasias. Isso quer dizer que, no campo da psicanálise, o resgate mnésico e a reprodução daquilo que foi recalcado é uma tarefa impossível, restando ao trabalho analítico interpretar as formações substitutivas. No segundo capítulo desta tese, partindo da concepção freudiana segundo a qual a fantasia sexual é um substituto imaginário do erotismo infantil recalcado, abordaremos a função simbólico imaginária das fantasias.

A ficção freudiana da experiência de satisfação situa imaginariamente a satisfação perdida em busca da qual o sujeito se dirige aos objetos ansiados.

Interpretada à luz da teoria lacaniana do significante, a experiência de satisfação diz respeito à uma simbolização que estabelece uma relação significativa entre, no mínimo, dois termos: presença e ausência. A existência de algo ou alguém ganha sentido entre significantes, quando um significante representa algo para o outro.

Com base na abordagem de Lacan sobre os temas freudianos da experiência da satisfação e do princípio de realidade, a apreensão do mundo exterior conta com um resíduo. Trata-se de uma certa existência que se apresenta na impossibilidade de se fazer ausente através de um elemento significante. Essa impossibilidade remanescente em se fazer representar serve como ponto de referência ao anseio de reencontrar o objeto que possibilitaria a reprodução da satisfação original. Ao sinalizar a ausência da satisfação na realidade, a instituição do princípio de realidade, portanto, eleva a condição da representação, de reprodução da percepção, à categoria de elemento significante. Os elementos significantes, sendo marcados pelo registro da falta, são os signos daquilo que não corresponde ao objeto original da satisfação.

A ficção sobre a experiência de satisfação localiza o momento preciso quando os objetos da realidade são constituídos em uma operação simbólica, na qual o significante serve de suporte para a existência de algo no plano simbólico. O distanciamento radical em relação à experiência original se manifesta no fato de que nenhum objeto corresponde plenamente ao anseio original, anterior à incidência do simbólico. Tal situação faz surgir o desejo enquanto desejo de outra coisa.

Ao privilegiar a ausência do objeto de satisfação em questão no processo de simbolização, Lacan não reduz este último a uma substituição mimética da satisfação original. Ainda no segundo capítulo, abordaremos a articulação entre a ausência do objeto de satisfação e o enigma sobre o desejo do Outro, como condição de possibilidade para a simbolização atribuída às fantasias. Além da função simbólico imaginária, consideraremos ainda, a inclusão do real do gozo na estrutura das fantasias. Em termos freudianos, trata-se do fator infantil recalcado, situado, por Lacan, fora das significações disponíveis no universo simbólico do Outro.

Durante o terceiro capítulo, destacaremos a proposta formulada por Lacan segundo a qual o tratamento analítico opera a redução das fantasias em jogo na análise à uma fantasia fundamental que revela a lógica da relação do sujeito com o desejo do Outro. Trata-se de uma lógica que se constitui entre a alienação e a separação, sendo estas as posições essenciais do sujeito frente aquilo que falta ao Outro. No desenvolvimento de sua concepção, Lacan articula a limitação do Outro à limitação da experiência humana situada na impossibilidade de que todos os aspectos da existência sejam contidos no universo simbólico.

A construção da fantasia fundamental visa extrair aquilo que, apesar de ser o objeto mais íntimo do sujeito, em função do qual se estabelece a relação com os objetos ansiados, é justamente o ponto onde o sujeito não encontra uma imagem com a qual se identifique. A fantasia construída atribui ao sujeito a condição de ser um objeto do desejo do Outro, no entanto, não é possível se posicionar enquanto tal sem deixar de ser o sujeito deste posicionamento. Diante disso, a invenção lacaniana do objeto a visa abordar a relação do sujeito com o desejo do Outro, a partir do ponto onde não é possível discernir sujeito e objeto.

A fantasia fundamental situa o ponto de articulação entre o desejo do Outro e a constituição do sujeito desejante. Ao fornecer um anteparo significativo frente ao desejo do Outro, a fantasia desempenha sua função fálica, quando o sujeito se oferece enquanto objeto de desejo do Outro. No entanto, o cernimento do objeto a operado em análise, diz respeito a um encontro com o real que resulta da renúncia da suposição de que o gozo do ser possa ser reunido em um sentido. O mais-de-gozar proporcionado pelo objeto a resulta de uma subtração do gozo atribuído ao campo simbólico do Outro.

No quarto capítulo, a construção da fantasia fundamental será tomada como uma operação transferencial. Interpretada por Lacan como demanda do sujeito ao Outro, a demanda de análise dirigida ao analista é o ponto de partida para que a análise promova o deslocamento da posição do sujeito em relação à suposição sobre o gozo do Outro. Veremos como a presença do analista colabora para que o esgotamento das demandas dirigidas ao Outro culmine na identificação do sujeito com o objeto a. Ao situar o objeto insondável do desejo implicado nas formulações das demandas dirigidas ao analista, além de cernir o real não

simbolizado, a fantasia construída durante a análise corresponde ao desvelamento da inconsistência do Outro.

Tendo em vista a equivalência exposta por Lacan entre a estrutura da fantasia e a da angústia, sendo esta a única tradução subjetiva possível para a presença do objeto a, questionaremos as consequências clínicas do cernimento do objeto a. A perda da consistência do discurso do Outro corresponde ao problema da destituição subjetiva, identificado por Lacan como o momento de conclusão de uma análise. A destituição subjetiva será tomada como um impasse no contexto do tratamento analítico centrado na fantasia fundamental. Abordaremos tal problema a partir de um certo deslocamento, operado por Lacan, em relação ao discurso filosófico que estabelece os critérios ontológicos do objeto do conhecimento científico.

O retorno à Freud realizado por Lacan a partir da década de 50 teve como objetivo ressaltar a irredutibilidade do objeto da Psicanálise ao campo do saber da Psicologia, da Biologia ou das Ciências Sociais (Althusser, 1964/2000). Na medida em que subverte a oposição entre a categoria do objetivo e a do subjetivo, a abordagem lacaniana do tema da fantasia toca em um paradoxo ontológico (Žižek, 2010). Apesar de não se reduzir a um produto da imaginação, sendo um objeto real, o objeto a cernido na fantasia fundamental não tem consistência suficiente para ter uma existência delimitada nos termos da ontologia substancial.

Denominaremos restituição ontológica o tratamento elaborado, por Lacan, para o problema da destituição subjetiva decorrente da identificação do sujeito com o objeto a. A experiência do objeto a coloca em risco a consistência do ser, por isso, para que a experiência de análise culmine em uma experiência de ser, Lacan elabora certos conceitos através dos quais sustenta uma restituição ontológica. Com a concepção da lógica do nó e de uma forma de existência própria ao real, sendo este aquilo que ex-siste ao sentido, a construção da fantasia fundamental corresponde a uma travessia, da suposição de existência à existência. Além de destituir a subjetividade enquanto sentido inerente à uma existência, a construção da fantasia fundamental institui uma existência que não encontra-se cernida no sentido de uma subjetividade, mas ex-siste em relação ao sentido.

2

Do impossível às fantasias

2.1

A fantasia sexual na etiologia das neuroses

Entre 1893 e 1895, Breuer e Freud compartilharam a teoria sobre a neurose histérica segundo a qual, nesses casos, é possível supor que houve uma divisão da consciência em distintos grupos psíquicos. A origem de tal divisão era encontrada nos chamados estados hipnoides, descritos como estados de consciência peculiares por apresentarem uma capacidade de associação restrita. Durante esse estado, as representações psíquicas permanecem desarticuladas do resto da consciência, que sofre, assim, uma divisão.

Entre a publicação da “Comunicação preliminar” (Breuer & Freud, 1895a) e a de “As neuropsicoses de defesa” (Freud, 1894), a investigação freudiana sobre as neuroses percorreu os rumos que as mudanças em seus pontos de vista traçaram. Não mais compartilhando com Breuer a ideia sobre um estado especial da consciência enquanto responsável pela divisão psíquica encontrada na neurose histérica, Freud (1894) passou a considerar uma forma de histeria distinta da histeria hipnoide. Na chamada “histeria de defesa”, a divisão psíquica não decorre do estado hipnoide, mas resulta de um “ato voluntário” do paciente, uma tentativa de esquecimento que, em vez de alcançar seu objetivo, produz uma divisão na consciência. (Freud, 1894; pág. 54). O ato que acaba por promover a divisão psíquica se caracteriza como um esforço defensivo frente a uma incompatibilidade na vida representativa:

o eu se confrontou com uma experiência, uma representação ou um sentimento que suscitaram um afeto tão aflitivo que o sujeito decidiu esquecê-lo, pois não confiava em sua capacidade de resolver a contradição entre a representação incompatível e seu eu por meio das atividades do pensamento (Freud, 1894; pág. 55).

O que Freud encontrou em comum nos pacientes analisados foi um certo fracasso no esforço defensivo de tentar esquecer, daí as reações patológicas presentes na histeria, nas obsessões ou na psicose. As neuropsicoses de defesa se caracterizam pelo recalçamento de lembranças aflitivas, sendo os seus sintomas determinados pelo conteúdo do que foi recalçado (Freud, 1896a; pág. 174).

Entre a situação de crise da representatividade que culmina na tentativa de esquecimento da representação incompatível e o surgimento da doença, ocorre um tipo de deslocamento de “somatos de excitação” (Freud, 1894; pág.57) que é característico em cada neuropsicose de defesa. Dito de maneira reduzida: como resultado do esforço defensivo, na histeria, a excitação ligada à representação inconciliável, e portanto rechaçada, passa a se ligar, ou, é convertida em inervação somática. Na obsessão, por meio de uma falsa ligação, tal excitação passa a se ligar a outras representações, que, então, adquirem o caráter de representações obsessivas. Na psicose, tanto a representação incompatível como a excitação ligada a ela são rejeitadas, resultando em um estado de confusão alucinatória (Freud, 1894).

Freud já indicava, no final do século XIX, a vida sexual como um campo fértil para o surgimento de representações incompatíveis, o que foi observado precisamente a respeito da obsessão: “...a obsessão representa um substituto ou sucedâneo da representação sexual incompatível, tendo tomado seu lugar na consciência.” (Freud, 1894; pág. 59). Desta forma, a representação obsessiva se coloca no lugar da representação sexual incompatível, sob a condição de “...parecer adequada como substituta dela.” (Freud, 1894; pág. 61).

Em suas “Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa”, Freud (1896a) acrescentou mais detalhes sobre a experiência traumática ocorrida na vida sexual daqueles que desenvolveram uma histeria, obsessões ou estados psicóticos. Segundo suas investigações clínicas, tratar-se-ia, em última instância, de uma experiência vivida passivamente, em um momento anterior à puberdade. Conforme observa:

...diversos sintomas, hábitos e fobias patológicos só podem ser explicados retrocedendo-se a essas experiências na infância, e a estrutura lógica das

manifestações neuróticas torna impossível rejeitar essas lembranças fielmente preservadas que emergem da vida infantil. (Freud, 1896a; pág. 166).

Inicialmente, tais experiências não são vividas pela criança de forma traumática, fato então atribuído à suposta prematuridade sexual da infância¹. Somente em um momento posterior, a partir da puberdade, quando a lembrança de tal experiência for despertada, é que o seu efeito traumático advém. Portanto, “...não são as experiências em si que agem de modo traumático, mas antes sua revivescência como lembrança depois que o sujeito ingressa na maturidade sexual.” (Freud, 1896a; pág. 165).

Como resultado do fracasso da defesa contra a representação incompatível, esta última, ainda que tenha sido recalçada, tende a retornar à consciência. No entanto, o que, em um segundo momento - o da eclosão do sintoma - se torna consciente não é, exatamente, o que foi originalmente recalçado, mas algo que o substitui: “estruturas da ordem de uma formação de compromisso entre as representações recalçadas e as recalçadoras.” (Freud, 1896a; pág. 170).

A estruturação de uma formação de compromisso se torna possível quando aquilo que se manifesta no sintoma é capaz de se colocar no lugar da lembrança da representação recalçada e, com isso, ao mesmo tempo, mantê-la afastada da consciência. O recalçado, portanto, só se faz representar através de uma outra representação, situação na qual se sustenta certa inacessibilidade ao que foi originalmente recalçado.

Acreditando que o processo patológico é um processo de deslocamento, Freud concluiu que as ideias, cuja intensidade levou à busca por tratamento, eram apresentadas no lugar de uma outra ideia, a ser descoberta pela análise. As ideias compulsivas que acompanham os sintomas neuróticos eram “...um substituto, um

¹ Nos anos seguintes, a abordagem freudiana sobre a sexualidade infantil não permanece a mesma. Em 1897, a sexualidade infantil é reconhecida em sua singularidade, deixando de ter a sexualidade adulta como referência em relação a qual é prematura (Freud, 1897c). No entanto, consideraremos tal abordagem, pois ela diz respeito à concepção freudiana sobre o efeito traumático se constituir em um segundo momento, no qual a vivência do trauma é significada. Como veremos neste capítulo, essa concepção sobre o efeito a posteriori do trauma diz respeito à uma lógica substitutiva, segundo a qual o retorno do recalçado nada mais é do que uma representação que substitui a lembrança do acontecimento traumático que motivara o recalque. Na presente tese, identificamos essa lógica substitutiva na base da concepção freudiana das fantasias.

símbolo...” (Freud, 1895b; pág. 403) daquilo que é a verdadeira motivação do estado emocional apresentado.

Da segunda parte do texto “Projeto para uma psicologia científica” (1895b), dedicada ao tema da psicopatologia, destacamos a proposição freudiana sobre a articulação necessária entre dois momentos, referidos à esfera sexual, para que se constitua o efeito traumático responsável pelo surgimento do sintoma neurótico. Nessa ocasião, Freud (1895b; pág. 406-410) exemplificou sua teoria sobre a etiologia da histeria com o caso clínico de Emma.

À época, Freud ainda aplicava o método catártico de Breuer, que consiste em fazer a atenção do paciente retroagir até a cena na qual e pela qual o sintoma surgiu. Com a reprodução da cena traumática, o tratamento buscava promover uma correção do curso psíquico no qual o sintoma foi produzido. No entanto, nem toda cena traumática reproduzida em tratamento basta para servir ao propósito da eliminação do sintoma neurótico, isso porque a formação deste último conta com determinada articulação entre duas cenas.

A compulsão que levou Emma ao tratamento era a de não poder entrar sozinha em lojas. Como motivo, ela apresentou, de saída, a lembrança de uma situação na qual foi tomada por um susto. Aos doze anos, ao entrar em uma loja, se assustou quando viu dois vendedores rindo juntos e concluiu que eles riam das suas roupas. Com o prosseguimento do método catártico, então adotado no tratamento, surgiu uma segunda lembrança a respeito de uma situação anterior, quando Emma contava oito anos de idade. Ao entrar numa confeitaria, fora agarrada nas partes genitais, por cima da roupa, pelo proprietário do lugar. Apesar disso, voltou lá uma segunda vez, fato recriminado por ela durante o tratamento. (Freud, 1895b).

Freud entende que, quando entrou na loja e se assustou com os risos dos vendedores, Emma, então aos doze anos, teve evocada a lembrança do proprietário que a agarrara, quando ela ainda tinha oito anos. “A lembrança despertou o que ela certamente não era capaz na ocasião, uma liberação sexual, que se transformou em angústia.” (Freud, 1895b; pág. 408), diante da qual, a paciente evitava que a situação se repetisse. Trata-se da “ação combinada das duas

cenas” [...] “...uma experiência suprimindo, pelo susto, a força traumática, e a outra, por seu conteúdo, o efeito determinante.” (Freud, 1896a; pág.193).

A lembrança inicialmente relatada por Emma como motivo para o seu sintoma – a dos dois vendedores que riram de suas roupas - encobria uma outra lembrança, a de ter sido seduzida por um adulto, o dono da confeitaria. A lembrança encobridora deve seu valor, não a seu próprio conteúdo, mas às relações existentes entre esse conteúdo e algum outro que tenha sido recalçado (Freud, 1899; pág. 302). O elemento roupa, por exemplo encontra-se presente tanto na lembrança encobridora de Emma, quanto na lembrança descoberta durante o tratamento, a de que fora agarrada pelo dono da confeitaria por cima da roupa.

Na primeira cena necessária para que se constituísse o efeito traumático, Emma se posicionou passivamente diante da manifestação da sexualidade do adulto. Na segunda cena, passada a puberdade, a presença de um elemento da primeira cena foi capaz de evocar sua lembrança, mas agora acompanhada da liberação sexual que confere o caráter traumático à primeira experiência.

Diante dos relatos clínicos sobre traumas de infância, Freud (1896b; pág. 165) identificava um “abuso” ou uma tentativa de “sedução” praticados por um adulto que, frequentemente, era um familiar próximo à criança. Ainda assim, já se inclinava a pensar que “...as histórias de serem vítimas de ataques, que os histéricos tão frequentemente inventam, podem ser ficções obsessivas que emergem do traço mnêmico de um trauma infantil.” (Freud, 1896b; pág. 165). Seriam as lembranças dos histéricos - sobre terem sido vítimas, durante a infância, das investidas sexuais de um adulto - relatos sobre um evento passado na biografia do paciente, ou ficções que emergem de um trauma ainda não abordado pela análise?

No ano seguinte, em carta a Fliess, confessando não mais acreditar em sua “...*neurotica* [teoria das neuroses].”, Freud (1897a; pág. 309) tomou uma posição diante da questão acima colocada. Na carta, Freud admitiu o fracasso terapêutico alcançado nos casos analisados até então. O êxito que o tratamento, então adotado, buscava, consistia em uma correção do curso psíquico onde o sintoma foi

produzido, o que só seria alcançado com a reprodução da cena traumática. Ora, as cenas traumáticas de conteúdo sexual lembradas pelos pacientes em análise tinham como tema a sedução praticada por um adulto próximo, frequentemente seu pai. Diante disso, considerar-se-ia o fato de que os neuróticos são filhos de pais perversos, ou vítimas de adultos perversos? Ou as histórias de sedução contadas a Freud por seus pacientes não passavam de ficções que tinham os pais como tema?

A consideração freudiana sobre uma propriedade do inconsciente foi o ponto decisivo para que a segunda alternativa fosse eleita. É que, no inconsciente², não há distinção entre a verdade e a ficção, permanecendo aberta, então, a possibilidade de que a fantasia sexual tenha os pais como tema (Freud, 1897a; pág. 310). Quando o neurótico fala sobre a lembrança de ter sido seduzido por alguém, ele pode estar falando sobre sua própria fantasia sexual.

A lembrança, descoberta pela análise, de ter sido seduzido, durante a infância, por um adulto, passou a ser tratada como uma fantasia sexual. Um passo adiante, Freud passou a não diferenciar as lembranças encobridoras, que acompanham o sintoma, das lembranças derivadas da infância, que surgem durante a análise. Sendo a lembrança encobridora um rearranjo da fantasia sexual recalcada - sua substituta -, então, no que diz respeito à investigação freudiana sobre a etiologia das neuroses, a explicação do paciente diz tanto sobre o seu sintoma quanto a fantasia sexual descoberta pela análise (Freud, 1899; pág. 304).

Freud (1897a) não acreditava mais em sua teoria sobre as neuroses segundo a qual o evento traumático, origem do sintoma, é uma tentativa de sedução sofrida passivamente durante a infância. No mesmo ano de sua confissão a Fliess, a descoberta do Complexo de Édipo (Freud, 1897b) e o reconhecimento da sexualidade infantil como um fato normal e universal (Freud, 1897c) destacaram a possibilidade de que uma lembrança ou ideia seja capaz de afetar o corpo tanto quanto um objeto externo ao sujeito o faz. Ou seja, é possível que uma liberação da sexualidade, “uma espécie de secreção que é propriamente sentida

² No tópico seguinte, abordaremos as propriedades do sistema inconsciente, enquanto um conceito metapsicológico definido por Freud, em 1915.

como o estado interno da libido”, ocorra tanto mediante estímulos periféricos e excitações orgânicas, quanto a partir de ideias, isto é, de traços de memória (Freud, 1897c; pág. 320).

O efeito traumático da sedução, portanto, conta com a incidência das ideias de quem sofre o trauma. Com isso, ainda que a investida sedutora de um adulto em relação a uma criança tenha de fato ocorrido, o trauma em jogo na etiologia das neuroses diz respeito ao efeito que uma lembrança provoca no corpo da criança, afetando-o. Admitindo que os impulsos sexuais infantis não são efeitos diretos de uma estimulação externa sedutora, mas, sobretudo, expressões ativas do psiquismo infantil, Freud já esboçava o conceito psicanalítico de sexualidade infantil.

Deslocando a realidade conferida ao trauma na origem da neurose – da realidade biográfica para a realidade psíquica – a investigação freudiana sobre a histeria deu um passo decisivo no que diz respeito ao tratamento da neurose. Ainda que não fosse possível localizar na biografia de seus pacientes as cenas de sedução às quais Freud atribuía os eventos traumáticos narrados, aquilo de que as histéricas não conseguiam esquecer era a fantasia sexual.

No próximo tópico, a partir da articulação freudiana entre a sexualidade infantil e a produção das fantasias, consideraremos a formulação sobre a origem auto erótica das fantasias. Com isso, pretendemos introduzir a interpretação lacaniana da teoria freudiana sobre o simbolismo atribuído às fantasias durante a análise. Tendo em vista o modo como a articulação freudiana sobre a sexualidade em jogo nas fantasias foi herdada pela psicanálise, ao inserir o desejo do Outro no processo simbólico, Lacan diverge de uma abordagem sobre o simbolismo enquanto reprodução mimética de uma satisfação passada.

2.2

Erotismo infantil em cena: sobre a origem auto erótica das fantasias

Em *Leçons psychanalytiques sur le fantasme*, Paul-Laurent Assoun (2010) faz uma análise detalhada sobre o desenvolvimento do conceito de fantasia nos

textos freudianos, a partir da qual abordaremos o papel da sexualidade na produção das fantasias em jogo durante o tratamento analítico. De saída, o autor nos esclarece que, na língua alemã, a palavra *phantasie* designa tanto a faculdade imaginativa como as imagens mentais ou as representações psíquicas atribuídas às fantasias. À impossibilidade de dissociar o ato de fantasiar de seu produto, Assoun atribui o problema do inconsciente. (Assoun, 2010; pág.6)

O problema do inconsciente foi abordado do ponto de vista metapsicológico, quando Freud (1915) o estabeleceu como um dos conceitos fundamentais da psicanálise. Concebido como um sistema, o *Ics.* tem características diferentes das do sistema *Pcs-Cs.* É na relação estabelecida entre esses sistemas que se inscreve a formação de compromisso da qual as formações substitutivas - tais como as fantasias, os sonhos e os sintomas neuróticos - são testemunhas.

Das características especiais então atribuídas aos processos *Ics* interessa-nos destacar “...a pouca atenção à realidade. Estão sujeitos ao princípio do prazer; seu destino depende apenas do grau de sua força e do atendimento às exigências da regulação do prazer-desprazer.” (Freud, 1915; pág.192). Os processos *Ics.* prescindem dos critérios da realidade externa para existirem, pois seus critérios de funcionamento residem na realidade psíquica, nesse sentido, se caracterizam pela “*substituição da realidade externa pela psíquica*” (Freud, 1915; pág.192). Através dos processos *Ics*, aquilo que não é possível que exista na realidade externa pode ser forjado na realidade psíquica.

De acordo com a definição freudiana de 1915, portanto, os processos *Ics.*, correspondem à dimensão psíquica da realidade, nesse sentido, os relatos dos neuróticos sobre a lembrança de terem sido vítimas de abuso sexual na infância podem não corresponder a um fato ocorrido na realidade externa, mas a uma fantasia sexual. Atendendo às exigências da regulação do prazer-desprazer, o ato de fantasiar cria um produto, uma lembrança que - apesar de fictícia - é vivida como uma percepção. A realidade psíquica pode ser percebida como uma realidade externa porque “...o *Ics.* continua naquilo que conhecemos como derivados...”. As fantasias são derivados do sistema *Ics.*, do ponto de vista factual,

mas do ponto de vista qualitativo, pertencem ao sistema *Pcs.* (Freud, 1915; pág.195-196). Além de sua implicação na constituição de lembranças, a origem híbrida das fantasias também foi identificada na formação onírica.

Em “Interpretação dos Sonhos”, Freud (1900) empregou o termo *phantasie* - até então, usado em referência à imaginação de uma maneira geral - para designar determinada “formação imaginária” (Strachey, 1969; pág. 524). Trata-se, mais especificamente, de um tipo de estrutura imaginária, já presente no material dos pensamentos oníricos, que pode vir a ser usada na montagem do sonho, no sentido de construí-lo como uma fachada para o desejo. A fantasia é parte da estrutura do sonho pois, em ambos, “...o motivo de desejo que atua em sua produção mistura, rearranja e compõe num novo todo o material de que eles são construídos.” (Freud, 1900; pág. 525).

Como Freud já havia observado, as fantasias são construídas por um processo de amálgama e distorção. Um processo de fragmentação e combinação que promove a falsificação da memória, de maneira que torna-se impossível determinar a conexão original. (Freud, 1897d). Desta forma, é o próprio processo de construção das fantasias que mantém inacessível sua conexão original com o *Ics.*

Em consonância com suas recentes descobertas sobre a sexualidade infantil, relatadas a Fliess em 1897, Freud (1900) se refere àquilo que é mantido sob recalcamento como desejos de origem infantil. E afirma: “o desejo que é representado num sonho tem de ser um desejo infantil” (Freud, 1900; pág. 583). Nessa abordagem, a produção do sonho testemunha uma formação de compromisso que responde ao impasse entre o desejo infantil e as possibilidades de sua realização.

A referência freudiana ao desejo infantil (Freud, 1900) nos remete ao peso que a descoberta da sexualidade infantil (Freud, 1897b; 1897c) teve na evolução de suas teses sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses. Tanto é que, oito anos depois, em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Freud, 1905a) e, em seguida, em “Minhas teses sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses” (Freud, 1906), Freud não só apresentou as particularidades da concepção psicanalítica sobre a sexualidade humana como atribuiu às fantasias de

sedução a função de substituir a fantasia inconsciente ligada à atividade sexual infantil.

A excitação sexual é produto de inúmeras excitações cujas fontes, a princípio, não estão conjugadas em direção a um alvo único, perseguindo separadamente a obtenção de prazer. Não havendo exclusividade em relação ao objeto nem ao alvo da pulsão sexual, qualquer parte do corpo, mediante excitação, é uma zona erógena, por isso, a atividade sexual infantil encontra satisfação na própria excitação sensorial. A atividade auto erótica³ encontra-se, portanto, na base da atividade sexual infantil, de caráter predominantemente masturbatório (Freud, 1905a; págs. 118-221). Nesse sentido, a disposição às perversões é “...originária universal da pulsão sexual humana...” (Freud, 1905a; pág. 218-9). .

A atividade sexual da criança já se inicia ao se alimentar, por exemplo, quando goza de uma satisfação que então busca reiteradamente proporcionar-se através do movimento de chupar. (Freud, 1905a; pág. 219). No entanto, a pulsão sexual sofre constrangimentos, como o recalçamento, impedindo sua manifestação por meio da atividade sexual infantil e restringindo sua manifestação às formações sintomáticas. Com isso, o que o recalçamento promove é a “substituição da perversão pela neurose” (Freud, 1905a; pág.225). Mesmo assim, a disposição perversa da sexualidade ainda pode ser encontrada nas “forças inconscientes” (Freud, 1905a; pág.218) que formam os sintomas neuróticos.

A constituição da sexualidade humana se caracteriza pela indiferença quanto aos objetos capazes de proporcionar satisfação. Qualquer local do corpo pode servir à satisfação da pulsão sexual e tornar-se uma zona erógena. Dentre os objetos capazes de estimular uma zona erógena, Freud se refere ao seio materno como um objeto da pulsão sexual que se encontra fora do corpo próprio. (Freud, 1905a; pág.210). Sendo a primeira das atividades da criança, “mamar no seio materno (ou em seus substitutos)” fornece um modelo das primeiras experiências de prazer (Freud, 1905a; pág.170).

³ Consideramos aqui a observação de Luis Alfredo Garcia-Roza (2000; pág.99) segundo a qual a afirmação freudiana de que o auto erotismo se caracteriza pela ausência de objeto sexual exterior não se refere a um estado anobjetal, mas sim ao caráter contingente do objeto da pulsão sexual.

Posteriormente, o entendimento por parte da criança de que tal objeto é um órgão pertencente ao corpo de outra pessoa representa uma perda, no sentido de uma limitação da possibilidade que o seio sirva como objeto para a pulsão sexual. Como consequência dessa perda, o alvo sexual passa a ser um estímulo externo que seja capaz de substituir a estimulação da zona erógena. No caso da zona labial, por exemplo, esse estímulo externo é o sugar. (Freud, 1905a; págs.173-4).

Seguindo a mesma lógica substitutiva segundo a qual o desenvolvimento da sexualidade se deve à sobreposição das primeiras experiências de prazer por outros alvos sexuais, Freud (1906) atribui às fantasias de sedução a função de substituir um prazer anteriormente obtido com a atividade sexual infantil. Assim, considerando a possibilidade de ter sido provocada ou de que tenha despertado espontaneamente, é a atividade sexual infantil o que prescreve o rumo a ser tomado pela vida sexual posterior após a maturidade (Freud, 1906; pág. 260).

O auto erotismo que se encontra na base da atividade sexual infantil se caracteriza como masturbação infantil devido ao ato de fantasiar, como demonstrado no texto “Fantasias histéricas e sua relação com a bissexualidade” (Freud, 1908a). O ato masturbatório se faz acompanhar por “...uma ideia plena de desejo pertencente à esfera do amor objetal”, trata-se, portanto, de um composto de masturbação e fantasia (Freud, 1908a; pág. 150).

Quando a fantasia ligada ao ato masturbatório infantil é tornada inconsciente, passa a atuar, pelo menos no que diz respeito a parte de seu conteúdo, sob a forma do sintoma patológico. (Freud, 1908a; págs. 150-1). Assim, as fantasias tornadas inconscientes pelo recalque são aquelas que, outrora, serviram à atividade sexual infantil, à masturbação. Com o objetivo de restabelecer a “satisfação sexual primária original”, as fantasias precursoras dos sintomas psiconeuróticos são fantasias inconscientes exteriorizadas (Freud, 1908a; pág. 151).

Quando os sintomas que se manifestam no corpo da histérica passam a ser considerados como a encenação de uma fantasia sexual e não mais como efeito da incidência, vinda do exterior, de um fato traumático, a ordem da ficção é posta em

relevo (Freud, 1914a). É no contexto fictício das fantasias que o desejo infantil é capaz de produzir a sua própria realização.

O reconhecimento da implicação da fantasia sexual na etiologia da histeria, como enunciado em 1900, na “Interpretação dos Sonhos” - “Os sintomas histéricos não estão ligados a lembranças reais, mas a fantasias construídas com base em lembranças” (Freud, 1900, pág. 524) – indica a efetividade dos processos Ics. Isso quer dizer que, embora dispensem pouca atenção à realidade, os processos Ics - dos quais as fantasias são derivados -, determinados pelo princípio do prazer, incidem efetivamente na realidade, sendo capazes de produzir os sintomas neuróticos.

Enquanto as fantasias se fazem passar por lembranças, encobrando a lembrança do acontecimento traumático, elas se configuram como uma tentativa de explicação, por parte do neurótico – submetido ao tratamento psicanalítico - para o seu sintoma. Tendo isso em vista, em vez de buscar extrair das fantasias a lembrança do fato traumático, o tratamento analítico consiste em extrair das lembranças as fantasias, enquanto formações imaginárias. O exame analítico incide, portanto, sobre as formações fantasmáticas (Freud, 1908b).

Além de participarem da estrutura dos sonhos e dos sintomas neuróticos, as fantasias inconscientes também são identificadas por Freud na origem da atividade criativa, como ilustrado em “Delírios e sonhos na *Gradiva* de Jensen” (Freud, 1907) e em “Escritores criativos e devaneio” (Freud, 1908b). A análise sobre o romance *Gradiva*, de Wilhelm Jensen, visa colocar em prática o método psicanalítico aplicado aos sonhos e às construções imaginativas vividos por um personagem.

Norbert Hanold é um jovem arqueólogo que passa a construir uma série de fantasias em torno de uma escultura antiga, encontrada em um museu em Roma. O arqueólogo não só dá nome à mulher esculpida, *Gradiva*, como empreende uma busca por ela “...como alguém que tivesse sido perdido.” (Freud, 1907). Nessa procura, quem ele encontra, em Pompéia, lugar de origem da escultura antiga, é Zoe, uma jovem alemã que reconheceu em Norbert Hanold um vizinho da rua

onde reside. A partir daí desvela-se uma antiga amizade da infância, que havia sido esquecida pelo arqueólogo.

Freud (1907; pág. 37) vê surgir aí “...a descoberta de que as fantasias do jovem arqueólogo sobre Gradiva talvez sejam um eco dessas lembranças infantis esquecidas.”, sendo possível conjecturar sobre a origem dessas fantasias. Os sentimentos eróticos, surgidos na infância, dirigidos a Zoe, foram recalcados e era em busca deles que o arqueólogo passou a procurar a mulher esculpida, criando fantasias em torno dela. Suas fantasias pompeanas são produtos da conciliação entre a eminente emergência do erotismo infantil e a manutenção do recalque.

Dando prosseguimento à sua investigação, Freud (1908b) questiona as fontes da produção criativa dos autores literários, de maneira geral. Os primeiros traços de atividade imaginativa são encontrados na infância, sendo o brincar infantil uma espécie de precursor do fantasiar (Freud, 1908b; pág. 135).

A escrita permite que o autor criativo preserve a atividade lúdica da sua infância na irrealidade do mundo imaginativo, onde “...muitos excitamentos que em si são realmente penosos, podem tornar-se uma fonte de prazer para os ouvintes e espectadores na representação da obra de um escritor.” Da mesma forma, o fantasiar dos adultos vem substituir o prazer que obtinham ao brincar na infância. (Freud, 1908b; pág. 136).

A concepção freudiana sobre o fantasiar, ao prescrevê-lo como um resgate das experiências da infância, conservando-as, parece indicar uma posição nostálgica⁴. No entanto, o desdobramento dado por Freud a esta concepção dilui o privilégio conferido a essas experiências enquanto motivação para a produção das fantasias. Ainda que venha substituir o prazer do brincar infantil, a atividade fantasística sofre os efeitos dos acontecimentos atuais de tal maneira que estes últimos chegam a imprimir “...uma espécie de 'carimbo de data de fabricação'” das fantasias. (Freud, 1908b; pág. 138). Ou seja, ainda que o fantasiar remonte ao

⁴ Atentamos aqui para a indicação de Lacan (1959-1960, págs.36-7) sobre a atribuição da inspiração motivadora da criação artística ao mundo da infância ser uma característica própria ao romantismo inglês, surgido no início do século XIX. Como veremos ainda neste capítulo, Lacan é o psicanalista francês responsável por colocar em questão a ideia - para a qual o texto de Freud (1906; 1907; 1908a; 1908b) dá margem - de que as fantasias resgatam a satisfação obtida na infância.

passado da história biográfica de alguém, como à atividade infantil de brincar, “As forças motivadoras das fantasias são os desejos insatisfeitos, e toda fantasia é a realização de um desejo, uma correção da realidade insatisfatória.” (Freud, 1908b; pág. 137).

Quando um desejo insatisfeito é despertado por algum acontecimento presente, o fantasiar se utiliza das lembranças sobre tê-lo satisfeito no passado, para criar “...uma situação referente ao futuro que representa a realização do desejo.” (Freud, 1908b; pág. 138). As fantasias, portanto, se originam, ao mesmo tempo, dos acontecimentos atuais que despertam desejos insatisfeitos, das lembranças sobre a satisfação outrora vivida e da expectativa de reproduzi-la.

Com essa articulação freudiana entre os três tempos da atividade fantasística, retornemos às fantasias do personagem de Jensen em torno de Grádiva (Freud, 1907). O desejo erótico insatisfeito do arqueólogo utilizou a escultura encontrada no presente para construir – retomando o erotismo que fora dirigido a Zoe e recalcado, na infância - uma expectativa de encontrar, no futuro, a mulher esculpida (Freud, 1907).

Dos três tempos da construção das fantasias (Freud, 1908b), a retomada do erotismo recalcado é o componente passado na vida sexual infantil. Como vimos, no texto sobre “Fantasias históricas e sua relação com a bissexualidade”, Freud (1908b) esclarece que o erotismo recalcado e retomado nas fantasias corresponde à fantasia - ligada à atividade masturbatória infantil - tornada inconsciente.

Considerando o que podemos extrair dos textos freudianos abordados neste tópico, entendemos que a fantasia sexual inclui, em sua composição, os componentes recalcados da sexualidade infantil. Mesmo tornada inconsciente, a fantasia ligada à masturbação infantil é retomada na construção de fantasias como aquelas que, se passando por lembranças, são reveladas no tratamento analítico.

Paul-Laurent Assoun (2010; págs. 49-50) acentua, na abordagem freudiana das fantasias⁵, o fundamento auto erótico da atividade fantasmática e o modo

⁵ Para uma abordagem sobre a concepção freudiana da fantasia realizada em função da oposição entre neurose e perversão, cf. Alencar, M.L.O.A. “A concepção freudiana da fantasia” em 10X Freud org. Angela C. Bernardes, Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 2005. No célebre artigo “Fantasme originaire, fantasmes des origines, origine du fantasme”, Laplanche e Pontalis (1964)

como tal concepção foi herdada por determinada tradição pós freudiana da teoria da fantasia, mais especificamente pela teoria da psicanalista inglesa Melanie Klein. Desta teoria extrairemos apenas algumas noções que nos serão úteis na análise sobre a função simbólica das fantasias que emergem no tratamento analítico.

Partindo da noção central de que a mãe é para o bebê “...um objeto que satisfaz a todos os seus desejos - um seio bom...” (Klein, 1975; pág. 85), a teoria kleiniana considera que a satisfação dos impulsos primitivos do bebê corresponde ao sentimento de amor, enquanto a frustração desses impulsos corresponde ao ódio. Atravessada por tais sentimentos, a relação estabelecida com esse primeiro objeto, o seio materno, serve de protótipo para que o psiquismo se engaje em um processo de geração da própria satisfação.

A elaboração de fantasias, entendida por Melanie Klein, (1975; pág. 85) como “pensamento imaginativo”, permite que o bebê imagine a satisfação proporcionada pelo seio materno, mesmo quando este não está presente. Da mesma forma, a frustração de tal satisfação se faz acompanhar de fantasias destrutivas. Como consequência, ainda que a realização fantasística dos desejos do bebê- sejam estes libidinais ou destrutivos - promova a culpa, suas próprias fantasias são capazes de desfazê-la, ao desempenhar um “*trabalho de reparação*” (Klein, 1975; pág. 97).

Desse ponto de vista, a substituição dos objetos pulsionais pelos objetos das fantasias caracteriza a formação de símbolos, ou seja, a atividade fantasmática, sendo um substituto da atividade sexual infantil, simboliza a expressão dos impulsos pulsionais. Trata-se de uma concepção do simbolismo que tem a identificação imaginária como condição de possibilidade. Deste modo, as fantasias simbolizam, em última análise, as satisfações, as frustrações e a culpa resultantes da relação passada entre o sujeito, no início de sua vida, e sua mãe⁶.

desenvolvem uma abordagem sobre a concepção freudiana da fantasia, onde os autores privilegiam o caráter de realidade psíquica conferido às fantasias.

⁶ No seminário A ética da psicanálise, Lacan (1959-60; pág.133-4) identifica à leitura kleiniana dos textos de Freud, a interpretação do simbolismo como um esforço de reparação das lesões imaginárias ocasionadas na imagem fundamental do corpo materno, corpo mítico situado aí no lugar central de das Ding.

Para Assoun (2010; págs. 86-88), Klein radicaliza a inscrição fantasística da relação de objeto, ao reduzir a expressão pulsional às fantasias. A crítica deste psicanalista tem como fundamento a posição de Lacan, quem, na segunda metade do século XX, frente à concepção kleiniana sobre a constituição simbólica dos objetos, retomou as dimensões simbólica e real das fantasias, para além da relação imaginária com um objeto aí estabelecido. No tópico 1.4, a partir de uma abordagem da concepção freudiana de cena primária, veremos que as fantasias colocadas em análise encontram-se articuladas à sexualidade do sujeito, não apenas no registro imaginário da realidade. Conforme a leitura lacaniana da teoria freudiana das fantasias, a interpretação simbólica dessas estruturas imaginárias aponta para a dimensão real da sexualidade. Sendo encontro com o real, a fantasia realiza um modo de satisfação que não se confunde com aquela obtida através de um objeto imaginário.

Em “*Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse*”, Lacan (1953a/1966) julga urgente retomarmos noções que foram amortizadas pela psicanálise pós freudiana. Dentre os problemas identificados pelo psicanalista francês na tradição psicanalítica então vigente, destacamos o da função do imaginário, ou das fantasias, na técnica da experiência analítica e na constituição do objeto. Trata-se de problematizar a sanção simbólica conferida às fantasias, na interpretação analítica, retomando-as em um campo de linguagem, ou seja, em função da palavra (Lacan, 1953a/1966; págs. 240-6).

2.3

Experiência (significante) de satisfação

Neste tópico, partiremos do questionamento de Lacan, em determinados pontos dos seminários IV, V e VII, sobre a concepção, atribuída à Melanie Klein, do processo de simbolização como uma substituição mimética da relação imaginária entre o bebê e a mãe, em função da satisfação das necessidades vitais do recém-nascido. Em contraste, ao empreender uma releitura da articulação freudiana entre a experiência de satisfação e o processo de simbolização, o

psicanalista francês considera essencial para tal processo a participação de um terceiro elemento, o enigma do desejo da mãe. O que se impõe como condição para a simbolização é que se estabeleça uma relação significativa entre a necessidade do bebê e sua recepção por parte do adulto.

O tema freudiano da experiência de satisfação já aparece no “Projeto para uma Psicologia Científica”, escrito em 1895, e, posteriormente, em 1911, é melhor desenvolvido no texto “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental”, quando a ausência da satisfação esperada ganha papel de destaque naquilo que Freud (1911a) definiu como uma ficção.

A experiência de satisfação é o evento através do qual, contando com a participação de uma outra pessoa, constitui-se um modelo de percepção do objeto capaz de proporcionar a satisfação das necessidades internas de um recém nascido. Diante da urgência de tais necessidades, é ativada a percepção do objeto desejado, ou seja, a realização das necessidades internas é alucinada (Freud, 1895). Passados dezesseis anos, Freud acrescenta:

Foi apenas a ausência da satisfação esperada, o desapontamento experimentado, que levou ao abandono dessa tentativa de satisfação por meio da alucinação. Em vez disso, o aparelho psíquico teve de decidir tomar uma concepção das circunstâncias reais do mundo externo e empenhar-se por efetuar nelas uma alteração real (Freud, 1911a; pág. 238)

A ausência da satisfação esperada impele o psiquismo a submeter suas representações - até então, meras reproduções da percepção - a um teste de realidade, uma espécie de avaliação que, em última instância, acaba por promover uma diferenciação entre aquilo que constitui o espaço interior, subjetivo, e o que constitui o espaço exterior, objetivo. Esse tipo de julgamento indica a instituição de um modo de funcionamento do psiquismo que, não mais submetido apenas ao princípio do prazer, passa a obedecer também ao princípio de realidade. (Freud, 1911a)

Em sua leitura da obra freudiana, Lacan (1959-1960) considera que o princípio de realidade é invocado na forma de uma subjetivação que localiza o mundo interior e o exterior, sendo este último constituido a partir de uma seleção de elementos da realidade que funcionam como signos. A função deste princípio

não é a de informar mais profundamente sobre a essência da realidade, mas a de sinalizar, no mundo exterior, a presença-ausência do objeto ansiado, comprovando assim, a falta real de objeto que corresponda à satisfação alucinada. Tal sinalização diz respeito à utilização de símbolos organizados em um sistema que preexiste ao sujeito e que dá sentido à experiência. (Lacan, 1959-1960; págs. 62-3; 67). Isso porque, o recém nascido conta impreterivelmente com a participação de uma outra pessoa que venha atender às necessidades internas. Nesse movimento, diante do desamparo do recém-nascido, o que o adulto cuidador o transmite não se reduz ao essencial para a sobrevivência, mas diz respeito à transmissão de algo que antecede o recém-nascido e sua necessidade.

Os sentidos constituídos no interior dos jogos de representações culturais antecedem as primeiras objetivações do mundo exterior, por isso, a incidência do universo simbólico é intrusiva. Inicialmente, portanto, o que o adulto transmite não representa em si algum sentido para a criança, apenas com a inscrição disso em um universo simbólico, a transmissão do adulto passa a servir como referência fundamental para a constituição de qualquer referência possível ao objeto capaz de proporcionar a satisfação. O sentido transmitido no universo simbólico é a realidade fornecida pelo Outro e serve como mediação na obtenção de satisfação por parte da criança. (Vieira, 2003)

Ao submeter o princípio de prazer à operação simbólica, o princípio de realidade, conforme interpretado por Lacan (1959-1960; pág. 71), condiciona a experiência perceptiva à uma codificação, promovendo assim, um distanciamento radical em relação àquilo que resta “fora do significado”. São “resíduos que fogem de serem julgados” (Freud, 1895; pág. 386), que escapam ao “teste de realidade” (Freud, 1911a) e permanecem como coisas - *das Ding*, no Projeto para uma psicologia científica (Freud, 1895). Precisamente, porque não pode ser nomeada, a Coisa - o objeto original da satisfação - é para sempre perdida e o seu reencontro é para sempre esperado.

A primeira apreensão da realidade corresponde a incidência da realidade do *nebenmensch*, do próximo, com quem o sujeito mantém uma relação íntima (Freud, 1895; pág. 383). Em sua experiência com o próximo, sendo este

essencialmente estranho, a Coisa é o elemento que se mantém sem sentido, sendo assim originalmente isolado pelo sujeito. Como primeiro exterior, a Coisa é o ponto da realidade responsável por ordenar a percepção do mundo exterior; isso que resta fora, dada a impossibilidade de ser significado pelo sujeito, serve como ponto de referência do objeto a ser encontrado (Lacan, 1959-1960; págs. 67-9). A leitura lacaniana do projeto freudiano, portanto, confere destaque à experiência do estranho no cerne da experiência do sujeito com o mundo.

No mundo exterior, “é esse objeto, *das Ding* [...] que se trata de reencontrar.” (Lacan, 1959-1960; pág. 69). No entanto, sob a incidência do simbólico, um muro de linguagem separa o sujeito da Coisa enquanto tal, que permanece interditada àquele que fala. Nesse sentido, apenas enquanto significante é possível delimitar um objeto, a mãe, por exemplo, que venha ocupar o lugar de *das Ding*; apenas aí, a “Coisa (...) se apresenta a nós na medida em que ela acerta na palavra” (Lacan, 1959-1960; pág. 72).

Segundo Lacan (1956-1957; pág. 38), a simbolização de algo implica em sua ausência no real. O fato de poder ser anulado é o que eleva alguma coisa à categoria de elemento significante, pois assim, sua existência diz respeito à articulação entre, no mínimo, dois termos: presença e ausência. Sendo um produto da função simbólica, a presença do significante na realidade é marcada sobre o pano de fundo de sua ausência (Lacan, 1957-1958; pág. 344). Aquilo que é impossível de ser representado se faz presente, portanto, na constituição simbólica dos significantes.

O significante é um termo importado por Lacan da teoria do linguista Ferdinand de Saussure. Conforme Žižek (2010; págs. 10-11) nos lembra, Lacan importou recursos vindos de fora do léxico freudiano para decifrar os escritos de Freud. O linguista Michel Arrivé (1986/1992), partindo da preocupação em incitar dentre os linguistas o interesse explicitado por Lacan pelas relações entre a linguagem e o inconsciente, pontua convergências e divergências essenciais a partir das quais a teoria do significante de Saussure e a de Lacan encontram-se relacionadas.

Se, para Saussure, o significante e o significado são reciprocamente delimitados, Lacan advoga pela autonomia e pela prioridade do significante em relação ao significado. Na teoria de Saussure há uma relação fundamental entre o significante e o significado, já na concepção de Lacan, embora algum tipo de articulação - de inspiração saussuriana - seja assumida, Lacan não a concebe como uma dualidade coesa, assim como o linguista em questão o faz. (Arrivé, 1986/1992; págs. 124-6).

Ainda que o significante e o significado se liguem formando pontos de ancoragem (Arrivé, 1986/1992; pág. 132), a significação não pode ser inferida da conformação previsível entre significante e significado. Diferente disso, a significação diz respeito a um efeito produzido na substituição de um significante por outro, tal como aquela operada no recurso à metáfora (Arrivé, 1986/1992; págs.132; 135).

O efeito de significação do signo não é formado por uma dualidade coesa obtida como resultado da soma saussuriana entre o significante e o significado. Diferente disso, partindo da dissonância entre significante e significado, a existência de algo ou alguém ganha sentido em uma relação entre significantes, quando um significante representa algo para o outro. A presença e a ausência, por exemplo, formam um par de significantes, na medida em que encontram-se ligados em uma relação de oposição excludente, um representa a ausência do outro.

Com base na abordagem de Lacan (1956-1957; 1957-1958; 1959-1960) sobre os temas freudianos da experiência da satisfação e do princípio de realidade (Freud, 1895; 1911), consideramos que a apreensão do mundo exterior conta com um resíduo - que diz respeito à impossibilidade de se fazer ausente através de um elemento significante. Essa impossibilidade remanescente em se fazer representar serve como ponto de referência ao anseio de reencontrar o objeto que possibilitaria a reedição da ficção da satisfação original. Ao sinalizar a ausência da satisfação na realidade, a instituição do princípio de realidade, portanto, eleva a condição da representação, de reprodução da percepção, à categoria de elemento

significante. Os elementos significantes, sendo marcados pela falta, são os signos daquilo que não corresponde ao objeto original da satisfação.

Vimos como a ficção sobre a experiência de satisfação localiza o momento preciso no qual os objetos da realidade são constituídos em uma operação simbólica. O distanciamento radical em relação à experiência original se manifesta no fato de que nenhum objeto corresponde plenamente ao anseio original, anterior à incidência do simbólico. Tal situação faz surgir o desejo enquanto desejo de outra coisa.

Quando um significante ocupa o lugar de objeto de desejo, já não é mais daquele objeto original da satisfação que se trata, este, só pode ser tomado em uma narrativa, em uma ficção, a da experiência de satisfação. Segundo a leitura de Lacan da Coisa freudiana, é a lei simbólica que condiciona a exclusão da Coisa a partir da qual esta última se configura como uma falta central no registro do desejo, introduzida pela modelagem do significante. Devido à inacessibilidade da Coisa, esse objeto primordial perdido é exatamente nada. A incidência de um significante, como *nada*, por exemplo, serve de suporte à designação de algo inacessível que passa a existir no plano simbólico. Tal designação é a própria condição de possibilidade da linguagem. (Lacan, 1956-1957; pág. 184-5).

Submetido ao princípio de realidade, o funcionamento psíquico mantém reservado um espaço onde o princípio do prazer permanece soberano, livre para produzir os modos de satisfação de desejo julgados como impossíveis pelo teste de realidade (Freud, 1911a). Na perspectiva freudiana, o fantasiar está restrito a esse espaço, onde se produz um substituto imaginário da satisfação impossível. Desta concepção, Lacan destaca o estatuto simbólico do trabalho da fantasia, em suas palavras:

...se é verdade que podemos abordar o princípio de prazer sob o ângulo da satisfação fundamentalmente irreal do desejo, o que caracteriza a satisfação alucinatória do desejo é que ela se propõe no campo do significante e implica, como tal, um certo lugar do Outro. (Lacan, 1957-1958; pág. 221).

Sob esse ponto de vista, a função simbólica da fantasia não se reduz à representatividade imaginária da satisfação do desejo, mas diz respeito à

delimitação de um impossível de realizar. A inauguração do espaço reservado para o funcionamento do princípio do prazer após a instituição do princípio de realidade é aqui pensada sob a incidência do simbólico, ao qual, a partir de então, qualquer referência à experiência de satisfação estará condicionada. Com isso, o que se torna impossível de ser representado por signos é a primeira experiência de satisfação, quando não era possível discernir entre a necessidade do bebê e o desejo da mãe.

É através dos significantes maternos que o grito do bebê é entendido como uma demanda, e a manifestação da necessidade é introduzida na ordem simbólica (Lacan, 1957-1958; págs. 86-8). Ocorre que, se, por um lado, capturado pelo significante, o grito se inscreve como um apelo por satisfação, ao mesmo tempo, surge uma discordância entre o que o bebê necessita e a representatividade desta necessidade nos significantes maternos. Tal discordância corresponde a um resíduo resistente à operação simbólica, situação a partir da qual a criança coloca em questão o desejo do adulto (a mãe). Assim, a relação com a mãe não se resume às satisfações e frustrações proporcionadas por um objeto que satisfaz ou não, mas se constitui na busca do objeto de seu desejo (Lacan, 1957-1958; págs. 218-224). O objeto que responderia a questão enigmática sobre o desejo do Outro mantém uma relação - que não é de equivalência - com os objetos figurados nas fantasias.

Na obra de Freud, destacaremos dois momentos a partir dos quais é possível inferirmos uma concepção sobre o simbolismo - atribuído às formações imaginárias - que considera a participação de um terceiro elemento como imprescindível. Na interpretação simbólica dos sonhos e no texto sobre os chistes, um elemento exterior, tanto ao emissor quanto ao ouvinte, mas compartilhado entre eles, é decisivo para que as formações imaginárias em questão sejam significantes. O simbolismo atribuído por Freud às formações imaginárias leva em conta a significação de seus elementos, ou seja, seu uso linguístico e seu valor afetivo, em determinado universo simbólico.

A “chave da simbolização” (Freud, 1900; pág. 373), na interpretação simbólica dos sonhos praticada por Freud (1900), não é uma escolha arbitrária do intérprete, mas um elemento exterior ao relato, que é compartilhado entre o

paciente e o analista, ou seja, que é conhecido e estabelecido “pelo uso linguístico firmemente consagrado” (Freud, 1900; pág. 373). No caso do sonho, aparentemente absurdo, passado em uma Ópera, a interpretação de Freud sobre um sentido que reunisse todos aqueles elementos nas imagens relatadas partiu de seu “...conhecimento das relações pessoais da sonhadora” [...] - “sabia que ela simpatizara muito com um músico cuja carreira fora prematuramente interrompida pela loucura.” (Freud, 1900; pág. 374). A interpretação dos sonhos, cujos elementos encontram-se ligados em função do que eles significam para o sonhador, se dá no interior de um universo simbólico compartilhado entre o paciente e o analista.

Posteriormente, na “monografia sobre chistes” (Freud, 1905b), Freud define o chiste na forma, na verbalização que o exprime. O chiste é uma alteração no arranjo das palavras, em sua ordenação, cuja substância e o valor se definem na reação, e, mais especificamente, em função do prazer dos seus ouvintes (Freud, 1905b; págs.26; 40; 96). No entanto, diferente de uma mera história cômica, a ocorrência de um chiste depende da interpretação de que há um sentido escondido por trás da fachada cômica anedótica. O prazer do ouvinte, portanto, não se reduz a uma satisfação transgressora, mas indica a suposição de um sentido não dito a ser comunicado, a ser interpretado. (Freud, 1905b; pág. 125-126).

Com o propósito de alcançar uma satisfação em relação a qual o recalque faz obstáculo, o que os chistes atacam não é uma pessoa ou uma instituição, mas a própria certeza do conhecimento, mais precisamente, da capacidade especulativa. (Freud, 1905b; pág.114). O arranjo inusitado de palavras que o constitui causa dúvida em relação ao seu entendimento. Somente após a suposição sobre um sentido subjacente é que o ouvinte obtém alguma satisfação. O chiste, então, acontece, quando o ouvinte supõe que aquele uso inusitado das palavras lhe comunica algo que não é dito. A satisfação em jogo na experiência do chiste se dá a partir da suposição de um sentido.

Daquilo que Freud define como uma técnica verbal, Lacan extrai a especificidade da técnica do significante. O chiste se torna possível quando sua

produção se utiliza de um código que é compartilhado, este código se encontra no Outro, enquanto “*compagnon de langage*” (Lacan, 1957-1958; págs.17; 21). Nesse sentido, não há chiste solitário; produzido em um certo nível da produção significante, o chiste é solidário ao Outro, sancionado pelo Outro, que vem autenticá-lo. Ainda que não seja um vivente real, esse Outro é, essencialmente, um lugar simbólico (Lacan, 1957-1958; págs. 97; 116).

Se, como vimos no tópico 1.1, para Freud, a lembrança encobridora vale como lembrança devido às relações existentes entre o seu conteúdo e o conteúdo recalado (Freud, 1899; pág. 302), simbolizando o estabelecimento de um compromisso entre ambos, ao retomar a abordagem freudiana sobre os chistes, Lacan chama atenção para um outro elemento ao qual a simbolização encontra-se necessariamente referida. Além do acontecimento traumático recalado e da lembrança que o encobre, há um lugar simbólico onde os termos dessa relação são significantes, e como tais, incluem a ausência da Coisa em sua estruturação. Esse lugar simbólico que, ao sustentar a suposição de um sentido, autentica o compromisso imaginário entre o dito e o não dito, nos termos da proposta de Lacan, denomina-se o Outro.

2.4

Cena primária: entre o real e a realidade psíquica

O real é o termo através do qual Lacan se refere ao momento anterior à incidência do simbólico, antes que a manifestação das necessidades do bebê seja interpretada nos termos dos significantes maternos. Nesse tempo suposto, o bebê experimenta o prazer sem uma localização privilegiada, apenas quando submetido à ordem simbólica, o prazer se torna circunscrito às zonas erógenas, no corpo da criança. Segundo a leitura da ficção freudiana da experiência de satisfação empreendida por Lacan, a mãe não é, de saída, um dos termos de uma relação significante. Somente a partir de uma simbolização arcaica, amparada pelo par de significantes ausência e presença, a mãe passa à realidade (Lacan, 1956-1957; pág. 69). É em sua ausência que sua presença passa a ser um signo, nesse sentido, o

ingresso da mãe na realidade da criança diz respeito à sua função como agente de frustração.

O processo de simbolização da presença materna conta com uma frustração real que diz respeito, especificamente, a ausência de um objeto real. Sua presença se torna um termo significante quando ela se diferencia do objeto real que completa imaginariamente o corpo do bebê. Tal diferenciação se dá por meio de alguém que se faz agente de uma frustração, quer dizer, a quem falta um objeto real capaz de extinguir a necessidade que motiva o grito do bebê (Lacan, 1956-1957; pág. 66-7).

Como vimos no tópico anterior, o processo de simbolização do real deixa resíduos, a Coisa é o nome dado ao objeto real não simbolizado, mas mesmo nesta condição, a possibilidade de encontrá-lo permanece significante na medida em que delineia um enigma sobre o desejo do Outro. O enigma, ao mesmo tempo, testemunha os resíduos da operação simbólica e serve como referência para a satisfação a ser perseguida no futuro.

Na teoria freudiana, o recalque é o processo a partir do qual um tempo anterior se destaca, o que lá foi vivido é inacessível de maneira direta pela lembrança, mas permanece promovendo efeitos, através da formação das fantasias, dos sintomas neuróticos e dos sonhos. As formulações freudianas sobre o “erotismo infantil” (Freud, 1905a; 1906) e o “desejo infantil” (Freud, 1900) buscam identificar, respectivamente, o componente recalcado suposto nessas formações.

Em “História de uma neurose infantil”, a mescla de horror e desejo atribuída por Freud aos componentes recalcados da sexualidade infantil ganha uma cena, a chamada “cena primária”. (Freud, 1918; pág. 41). O termo “*Urszene*” já havia sido aplicado em uma breve, porém densa, correspondência com Fliess. Na ocasião, Freud (1897e) identifica a etiologia das três psiconeuroses de defesa, a histeria, a neurose obsessiva e a paranóia a partir de dois elementos em comum: os “*impulsos* decorrentes das cenas primevas” afetados pelo recalque; as “*ficções protetoras*”, fantasias que se erigem à frente das cenas em questão (Freud, 1897e; pág. 296).

Considerando como o objetivo do tratamento analítico “chegar [retroativamente] às cenas primevas.”, Freud (1897f; pág. 297) se utiliza das fantasias dos neuróticos como um caminho indireto rumo às lembranças das cenas em questão, vividas nos primeiros anos de vida. Tendo em vista constituírem-se como uma combinação de “coisas que foram experimentadas e coisas que foram ouvidas, [...] e coisas que a própria pessoa viu.” (Freud, 1897f; pág. 297) as fantasias desempenham a função protetora de obstruir o caminho das lembranças da cena na vivência da qual os impulsos da criança foram recalcados. Freud toma as fantasias de seus pacientes como obstáculo para o acesso à lembrança da cena durante a qual surgiram impulsos que foram recalcados.

A expectativa de Freud em relação a cura de uma neurose é que o acesso à “*Urszene*” revele o momento preciso no qual surgiram impulsos fortes o suficiente para que as lembranças sobre a vivência só possam ser colocadas em palavras quando combinadas em uma ficção protetora. No caso publicado em 1918, Freud retoma sua investigação sobre a cena na qual se deu o recalque, quando o desejo infantil e o horror do acontecimento traumático são articulados pela possibilidade da castração.

Quando iniciou o tratamento psicanalítico, em 1910, o estado de incapacidade e dependência no qual o jovem enfermo se encontrava era atribuído a uma gonorréia infecciosa contraída aos dezoito anos de idade. Freud (1918), no entanto, analisou o caso como manifestação dos resíduos de uma neurose infantil que perdurara dos quatro aos dez anos. O evento ao qual Freud atribuiu a deflagração da neurose infantil, inicialmente caracterizada como uma neurose de angústia e posteriormente como uma neurose obsessiva, “...não foi contudo um trauma externo, e sim um sonho, do qual acordou em estado de ansiedade.” (Freud, 1918; pág. 40). Segundo a análise freudiana do homem dos lobos, portanto, o sonho de angústia, recordado da infância, teve, na etiologia da neurose, um efeito deflagrador comparável ao de um trauma.

No sonho em questão, o menino, deitado em sua cama, acordava e via pela janela do quarto alguns lobos brancos sentados nos troncos de uma nogueira, olhando-o com atenção. O horror de ser comido pelos lobos o fez acordar

assustado. Durante análise, o paciente recordou que, à época do sonho, sentia muito medo da figura de um lobo ilustrada em um livro de conto de fadas, da mesma forma, outros elementos do sonho também foram associados a histórias fictícias.

Diante da sensação de realidade relatada pelo sonhador, Freud presume uma cena desconhecida, que atua como um trauma, “...uma ocorrência cuja realidade foi intensamente enfatizada como estando em marcado contraste com a irrealidade dos contos de fadas.”, privilegiados nas associações do paciente (Freud, 1918; pág. 45). O olhar atento e a imobilidade dos lobos são tomados pela interpretação freudiana como os elementos através dos quais uma cena traumática, real e desconhecida é evocada no sonho.

A partir de uma interpretação trazida pelo paciente, o olhar atento não foi atribuído apenas aos lobos, mas ao seu próprio olhar, com o qual, aliás, iniciara a sua narração do sonho: “Meus olhos abriram-se de repente.” (Freud, 1918; pág. 46). Considerando que o olhar do menino só foi articulado ao sonho em um momento posterior, quando era realizado o tratamento analítico, Freud suspeita que a imobilidade que caracteriza os lobos no sonho de angústia vele “uma cena de movimento violento, para a qual olhou tensa e atentamente” (Freud, 1918; pág. 47). Durante o tratamento, portanto, é assumido como um fato que o sonho de angústia ocorrido aos quatro anos de idade remontava uma cena anterior – para a qual Freud reivindica uma convicção provisória de realidade (Freud, 1918; pág. 50) - onde a criança, de dois anos e meio, assistira a relação sexual entre os pais.

A cena subjacente à formação do sonho dos lobos retrata uma relação sexual entre os pais. O que há de especial, aí, é a convicção da realidade da castração, imposta como condição para obter a satisfação sexual do pai (Freud, 1918; pág. 56). Na medida em que a encenação evidenciara a ausência do pênis na mãe, o desejo de copular com o pai, principal fator envolvido na formação deste sonho, se fez acompanhar pelo medo diante da ameaça de castração. O medo de ser devorado pelos lobos, sentido durante o sonho, é, portanto, o medo relativo à castração retratada na cena primária.

Sendo a figura do lobo um “substituto do pai” (Freud, 1918; pág. 46), o sonho trouxe a tona um desejo, em jogo no Complexo de Édipo, com o qual o menino, então com quatro anos, encontrava-se às voltas, o de obter satisfação sexual do pai. A cena que figura a satisfação sexual obtida pelo pai é o fator esquecido do passado resgatado no sonho. No entanto, de maneira diferente do terceiro dos três tempos nos quais Freud (texto sobre fantasias) situou a formação das fantasias, no sonho de angústia, a expectativa para o futuro não se encerra na representação da realização do desejo, o que entra em cena é “o horror da realização do desejo” (Freud, 1918; pág. 47).

O sonho de angústia foi interpretado durante o tratamento analítico como a evocação da lembrança de uma cena vivida na mais tenra infância. O desejo pelo pai e a ameaça de castração vividos na cena esquecida convergem no sentimento de horror no qual o sonho culmina. Dado que as cenas primárias não surgem completas como lembranças, mas são construídas ao longo do tratamento psicanalítico, Freud as toma como essenciais para o tratamento, pois sua construção vai em direção à significação do fator infantil na formação das neuroses. Ainda que seja um produto da imaginação, tal como as fantasias encontradas na estrutura dos sonhos e dos sintomas, a cena construída interessa à análise como um produto inconsciente. (Freud, 1918; pág. 60-65).

Na XXIII Conferência introdutória sobre psicanálise, intitulada “Os caminhos da formação dos sintomas”, Freud (1917a) revela a pretensão de que a análise, partindo dos sintomas, chegue às cenas onde foram vividas as experiências infantis cujo modo de satisfação encontra-se em funcionamento na neurose. Ocorre que as cenas sobre a infância, “...construídas ou recordadas na análise...” (Freud, 1917a; pág. 369) não são de todo verdadeiras, mas contêm um tipo de falsificação. Reconhecidas como fantasias do paciente, mesmo que não encenem uma verdade histórica, as cenas em questão são assumidas por Freud (1917a) como verdadeiras, tendo em vista sua realidade psíquica. Relatadas como recordações, as cenas de observação do coito dos pais, sedução por um adulto e ameaça de ser castrado, desempenham papel fundamental na etiologia da neurose enquanto produto da realidade psíquica (Freud, 1917a; pág. 371).

Levará um bom tempo até poder assimilar a nossa proposição de que podemos igualar fantasia e realidade; e não nos importaremos, em princípio, com qual seja esta ou aquela das experiências da infância que estão sendo examinadas. Ademais, esta é evidentemente, a única atitude correta a adotar para com esses produtos mentais. Também eles possuem determinada realidade. Subsiste o fato de que o paciente criou essas fantasias por si mesmo, e essa circunstância dificilmente terá, para a sua neurose, importância menor do que teria se tivesse realmente experimentado o que contém suas fantasias. As fantasias possuem realidade psíquica, em contraste com a realidade material, e gradualmente aprendemos a entender que, no mundo das neuroses, a realidade psíquica é a realidade decisiva. (Freud, 1917a; pág. 370).

Conforme já mencionado no tópico 1.2, na abordagem freudiana, a realidade é forjada em função da realização de uma satisfação sexual e produz os mesmos efeitos que uma realidade externa. Nesse sentido, durante o tratamento analítico, as lembranças são admitidas como criações fantasísticas a partir das quais o fator infantil entra em jogo nas neuroses. Isso porque, Freud atribui à função simbólica das fantasias a preservação de algo da dimensão real da sexualidade infantil. Da leitura lacaniana do tema freudiano da realidade psíquica, Vieira (2003; pág. 11) destaca a ideia de que o encontro com o real é a realidade à qual a existência de um sujeito encontra-se condicionada: “...o encontro com o real, através da coisa sexual, vai se inscrever como a realidade fundadora de um sujeito através das fantasias.”. O encontro com o real em questão diz respeito ao encontro com a Coisa, aquilo que se mantém exterior ao campo das existências admitidas no interior de um campo simbólico, ou seja, aquilo cuja existência não pode ser reunida por um sentido. Como veremos no capítulo seguinte, a Coisa não se faz presente para o sujeito mediante uma relação imaginária com um objeto, mas, mediante uma relação com um objeto, denominado por Lacan de objeto a, destacado da fantasia fundamental do sujeito.

Mesclando horror e desejo, o modo de satisfação proporcionado pelas fantasias inclui um gozo atribuído à dimensão da sexualidade mantida fora das significações disponíveis no universo simbólico do Outro. Nesse sentido, Fink (1998; págs. 120-122) esclarece que, na concepção lacaniana, apesar da Coisa freudiana encontrar-se fora do significado, é no interior de uma relação com esse objeto real que o desejo do sujeito surge em função de um enigma sobre o desejo do Outro. Como definidas por Assoun (2010), as fantasias originárias, nas quais

são encenados o testemunho do coito parental, a sedução precoce pelas pessoas amadas, a ameaça de castração e o retorno ao útero materno são os pontos cardinais do espaço fantasmático diante dos quais o sujeito se encontra frente ao desejo do Outro, frente aos enigmas os quais a fantasia vem decifrar.

No próximo capítulo, veremos como a sustentação do desejo na fantasia encontra-se condicionada à castração e à objetividade que é própria ao sujeito. Sob tais condições, dando continuidade à investigação sobre a função a ser atribuída à fantasia em uma análise, abordaremos o tema da perda do objeto, que faz com que qualquer referência possível à experiência de satisfação seja uma produção fictícia. Será abordado também o tema da perda da subjetividade enquanto núcleo singular de um sujeito.

3

Sujeito e objeto na fantasia

3.1

Sobre a função fálica da fantasia

A leitura proposta por Lacan (1956-1957) sobre o tema da relação de objeto na obra freudiana considera que o estabelecimento de uma relação simbólica encontra-se subordinada, antes de tudo, a uma experiência que ateste a ausência real do objeto. Nesse sentido, ao ser percebida como um objeto com o qual a criança se relaciona, a mãe surge como um signo de sua própria ausência. O que articula a ausência e a presença como um par de signos dispostos em uma relação de oposição é o registro do apelo aí suscitado.

Quando a resposta ao apelo vacila, fica patente que o acesso da criança aos objetos depende da mãe, quem passa de agente simbólico à potência materna capaz de fornecer objetos de satisfação. Nessa situação, os objetos de satisfação, marcados pelo valor da potência materna, sendo testemunhas deste valor, simbolizam uma potência e se tornam objetos de dom (Lacan, 1956-1957; págs. 68-69). A noção - já introduzida no capítulo anterior - de que a mãe é desejante, segundo Lacan, é a mais decisiva para o sujeito, pois traz, de saída, a marca da identificação para a relação com os objetos. Em função da necessidade imaginária da mãe, a criança realiza uma determinada imagem sobre si, onde inscreve o falo. (Lacan, 1956-1957; pág. 71).

Apesar de não tê-lo formalizado como um conceito em sua extensa obra, Freud recorreu ao *falo* na abordagem sobre o surgimento de um certo interesse pelos genitais, no curso do desenvolvimento sexual infantil, que tem a castração como referência central. Ainda em 1905, as fases de desenvolvimento da organização sexual foram dispostas, nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, segundo uma ordenação crescente, das organizações pré genitais da libido à organização genital adulta. A sucessão das fases organiza os esforços das

pulsões parciais pela obtenção de prazer, de uma situação de independência à sua subordinação a um objeto específico. Mesmo assim, Freud reconhecia uma escolha objetal já na infância, quando o conjunto das aspirações sexuais orienta-se para uma única pessoa, na qual elas pretendem alcançar seus objetivos (Freud, 1905a; pág. 188).

Em 1923, no texto “A organização genital infantil (uma interpolação na teoria da sexualidade)”, Freud retoma sua teoria sobre o desenvolvimento sexual infantil introduzida no texto de 1905, promovendo uma certa subversão da cronologia segundo a qual foram dispostas, em 1905, as fases da organização da libido. Como o título indica, a organização da libido em torno do genital não se encontra condicionada apenas à primazia dos órgãos genitais, alcançada após a puberdade, mas se estrutura prematuramente, em função de “uma primazia do *falo*” (Freud, 1923; pág. 158). Na disposição cronológica das fases da organização libidinal, proposta em 1923, o estágio da organização genital infantil precede a organização genital adulta, proporcionada pela puberdade. Sob a primazia do falo, a criança estabelece um tipo de relação com o órgão genital masculino, inscrita como uma relação de oposição com a castração. Somente após a puberdade, o pênis é inscrito em uma relação de polaridade com outro órgão genital, a vagina. (Freud, 1923; pág. 161).

Na organização genital infantil, portanto, a diferença sexual entre os homens e as mulheres não se encontra vinculada à diferença anatômica entre dois órgãos sexuais distintos, o feminino e o masculino, mas articula-se na distinção entre ter um pênis e ser castrado. Inscrito em oposição à castração, o valor do pênis não se encerra em suas características reais, mas é atribuído à sua posse, especificidade que justifica a referência freudiana ao falo.

Como abordamos no tópico 1.3, tendo em vista o fator infantil em jogo na formação da neurose, a análise freudiana da cena primária encoberta pelo sonho de angústia do homem dos lobos (Freud, 1918) apontou para uma articulação entre o desejo do menino pelo pai e a possibilidade de que, assim como a mãe, ele também venha a ser castrado. No texto sobre o fetichismo, de 1927, Freud aborda com mais precisão o ponto de articulação entre o desejo e a castração, ao destacar a função do falo no complexo de castração, estruturado antes mesmo que, no

desenvolvimento sexual, o pênis seja reconhecido como o órgão sexual de posse exclusiva dos homens. O falo é destacado aí como um índice de que o surgimento do desejo encontra-se condicionado à castração.

A teoria freudiana sobre o complexo de castração parte de uma narrativa sobre as consequências da descoberta da ausência do pênis na mulher. Mesmo depois de conhecer a anatomia feminina pela primeira vez e de descobrir a ausência real do pênis no corpo da mulher, a criança não abandona a crença de que as mulheres o tenham, mas produz uma situação na qual seja possível realizar ao mesmo tempo a retenção e o abandono da crença, a rejeição e o reconhecimento da castração. (Freud, 1927; pág. 156). Não por acaso, como veremos adiante, a leitura de Lacan (Lacan, 1957-8) sobre o tema considera que a castração se impõe como um problema para o sujeito, justamente, na medida em que diz respeito à castração do Outro parental.

A solução encontrada diante do impasse da castração é a assunção da ideia de que a mulher já teve um pênis, mas que já não é mais o mesmo de antes, um substituto tomou seu lugar. O falo, substituto do pênis ausente na mulher, tem o seu valor conferido pela castração, nas palavras de Freud, “...o horror da castração ergueu um monumento a si próprio...” (Freud, 1927; pág. 157). Ao mesmo tempo, o falo, esse monumento ao horror da castração, é clinicamente identificado na escolha de um fetiche. As características deste último não correspondem às do pênis, mas indicam alguma impressão adjacente à comprovação traumática da castração, na eminência da qual se dá a recusa (*verleugnung*) da diferença anatômica entre os sexos (Freud, 1927; pág. 157).

O termo *recusa* não diz respeito exclusivamente ao mecanismo da perversão, sendo empregado por Freud (1927), no sentido genérico de recusar uma evidência intolerável. A percepção do menino de que a mulher não tem pênis coloca em perigo sua própria posse de um, enquanto a menina, ao menos inicialmente, encara sua diferença anatômica como uma desvantagem, por isso, ambos se recusam a tomar conhecimento dessa ausência. No dicionário dos termos em alemão empregados por Freud, *Verleugnung* é um tipo específico de negação que se aproxima de desmentir e renegar; trata-se da tentativa de negar algo afirmado ou admitido antes, contudo, essa tentativa permanece tendo que ser

reeditada, já que o confronto com a realidade não cessa. Trata-se do repúdio ao desmentido da presença-existência do objeto que marca a presença de um saber insuportável (Hanns, 1996).

Segundo Lacan (1956-1957; págs. 151-4), o recurso ao fetiche materializa a questão da relação de objeto, trata-se de uma relação singular do sujeito com um objeto que não é exatamente o objeto do qual se trata, mas um símbolo. Em uma relação simbólica, a ausência do objeto não ameaça sua existência, diferente disso, o que pode ser transmitido na troca simbólica é, precisamente, a presença-ausência do objeto. O falo - representado pelo objeto de fetiche - simboliza, portanto, que o pênis da mulher existe enquanto ausência.

A marcação de uma falta no Outro materno foi abordada, na interpretação lacaniana do complexo de Édipo, especificamente ao considerar que a castração que aí se exerce diz respeito à privação da mãe, e não da criança, de seu objeto de desejo. A função paterna no conflito edípico é a de introduzir um Outro em relação ao qual a mãe seja um ser desejante, ou seja, alguém que tem seu gozo barrado. A figura do pai aí não encerra em si mesma a função do Outro, o pai não se confunde com o Outro. O que sobrevive à castração da mãe é um efeito resultante da sanção que esta confere à palavra do pai. Enquanto o falo é mediador da relação com o desejo do Outro materno, o Outro é um Nome que o resiste. (Lacan, 1957-8; págs. 187;194)

No próximo tópico, veremos como, na fantasia fundamental, a marcação de um índice do desejo do Outro se confunde com a constituição do sujeito enquanto desejante. Antes disso, atentemos para um exemplo de como a produção de uma fantasia pode conferir a função do falo, definida por Lacan (1957-8; págs. 693-4) como significante do desejo do Outro, a prova de que o Outro é desejante, um sujeito dividido. Abordaremos aqui a interpretação, proferida no seminário IV, da fantasia fóbica de Hans com as duas girafas, relatada no caso clínico, publicado por Freud, ainda em 1909.

Quando o pai de Hans buscou a ajuda de Freud, seu filho expressava, com frequência, medo que um cavalo o mordesse na rua, o que parecia estar relacionado com o medo de sair à rua e de separar-se da mãe (Freud, 1909, pág. 29). O caso clínico em questão não provém da observação direta por parte de

Freud, mas do relato do pai de Hans, quem, segundo Freud, efetuou o tratamento do filho (Freud, 1909, pág. 15). Por hora, o importante a ser destacado é que Hans e sua mãe mantinham uma relação caracterizada pela sinceridade, entre eles tudo poderia ser dito, situação bastante propiciada pela proximidade entre os dois. E foi justamente durante um passeio na companhia de sua mãe que o menino manifestou o medo de que um cavalo o mordesse. A partir daí sua curiosidade em relação ao pênis do cavalo se acrescentou ao interesse, que ele já vinha manifestando anteriormente, diante do “pênis pequeno” de sua mãe e o da irmã recém nascida. (Freud, 1909, págs.32-4).

Segundo a interpretação de Freud (Freud, 1909; pág. 40), o esclarecimento dado a Hans pelos pais, sob a orientação do psicanalista, sobre o fato de que as mulheres não possuem pênis, teve como consequência o início do complexo de castração. Foi nesse contexto que a fantasia com girafas, que surgiu para Hans em seu quarto, o fez abrigar-se no quarto dos pais, durante a noite. A natureza do que o havia assustado apenas no dia seguinte foi revelada pelo menino ao pai.

O pai relata a Freud as palavras de Hans: ““De noite havia uma girafa grande no quarto, e uma outra, toda amarrotada; e a grande gritou porque eu levei a amarrotada para longe dela. Aí, ela parou de gritar; então eu me sentei em cima da amarrotada.”” (Freud, 1909; pág.40).

A pequena girafa amarrotada significa algo da mesma ordem já presente em um desenho de uma girafa que o pai havia feito para Hans, anteriormente ao episódio da fantasia. Na ocasião, tendo em vista o fato de que Hans acrescentou o pênis da girafa de maneira a destacá-lo do corpo do animal, Lacan (1956-7; pág.264) considera que o desenho já fora traçado sobre a via do simbólico, como algo que pode ser tomado em um jogo, como um elemento de mediação que é móvel e circula, o que, posteriormente, a fantasia com girafas veio autenticar.

Tomado no desejo fálico enigmático da mãe, Hans se oferecia como o falo faltante que completaria sua satisfação, mas quando esse lugar foi ameaçado, inclusive pelo nascimento de outra criança da família, a fantasia do menino faz da mãe o falo. A pequena girafa é a mãe reduzida a um suporte significante, algo que pode ser manipulado, amassado e sobre o qual se pode sentar. (Lacan, 1956-7; págs. 263-4). Se, identificado ao falo, Hans vinha experimentando a eminência de

ser incorporado pela mãe, a fantasia em questão oferece a girafa, tendo em vista o valor de troca desse elemento, e reduz o Outro materno a alguém limitado, sujeitado ao desejo de um Outro. Assim, nos termos de Lacan (1957-1958, págs. 450) o falo fantasístico serve de “objeto da operação simbólica que faz com que no Outro, no nível do significante, ele seja o significante do que é atingido pela ação do significante, do que está sujeito à castração.”. A função fálica da fantasia, portanto, é solidária à castração do Outro.

A fantasia de Hans com girafas demonstra o uso instrumental ao qual a fantasia se presta, ao servir como um anteparo significativo que faz face frente ao desejo do Outro. No entanto, como sabemos, esta fantasia não foi construída durante um tratamento analítico, já que o caso de Hans foi acompanhado por Freud, a partir dos relatos do pai. No tópico seguinte, abordaremos o tratamento proposto por Lacan às fantasias, o de reduzi-las a uma única fantasia que exprima a lógica singular a partir da qual o desejo do sujeito se sustenta em função do desejo do Outro.

3.2

A estrutura da fantasia: entre alienação e separação

Ainda no seminário V, a fantasia é apresentada por Lacan (1957-8; págs. 311-315) como uma fórmula: $\$ \diamond a$. Os dois termos aí destacados - \$, que indica o sujeito desejante; a, o outro próximo, em torno do qual se constitui a identificação narcísica referente ao eu – se articulam entre si, sendo dispostos um em função do outro. Ao extrair da fantasia a condição lógica segundo a qual o sujeito entra em relação com o outro, Lacan visa chamar atenção para a função do desejo na constituição do eu. No entanto, assim apresentada, a fórmula da fantasia ainda não exprime a tragicidade com a qual o conceito de objeto a - especialmente no seminário sobre a angústia (Lacan, 1962-3) - tinge o outro, em questão na fantasia. Mesmo assim, já se anunciava o ponto no qual a fantasia exhibe uma indiscernibilidade essencial entre o sujeito e o objeto.

Ao abordar a constituição significativa do sujeito, a partir da leitura de “Uma criança é espancada” (Freud, 1919), Lacan (1957-8; págs. 234-5) considera que a terceira forma assumida pela fantasia de espancamento revela algo da condição de objeto na qual o sujeito aí se encontra. Reduzido ao olho espectador, o sujeito aparece multiplicado e indiferenciado, na forma de uma série neutra de crianças, situação que evoca a relação do sujeito com o significante. Tendo em vista sua disposição entre os outros, também submetidos ao desejo do Outro, o sujeito encontra-se em posição de objeto, e como tal, despido de uma subjetividade através da qual seja reconhecido. A tese de Lacan afirma que a constituição do sujeito - enquanto um nome que seja significativo para os outros sujeitos - parte de uma certa posição, a de se fazer de objeto do desejo do Outro. Em vias de abolir a si mesmo, o sujeito tenta se afirmar e ter seu desejo reconhecido fora da cadeia significativa, e é justamente esta situação que localiza-o como um signo desta cadeia, como algo dotado de significação (Lacan, 1957-8; págs. 239; 245).

Mais tarde, durante o seminário proferido em 1964, Lacan (1964; pág. 22) considera que o sujeito, enquanto significante, sendo reduzido e petrificado nessa condição, encontra-se em uma situação que faz apelo à sua subjetivação. É apenas enquanto um elemento significativo para outros significantes que o sujeito é reconhecido como um ser dotado de subjetividade e chamado a se apresentar como tal. Tendo em vista a articulação essencial entre o sujeito e o significante, Lacan (1964) propõe esquematizar a relação do sujeito com o Outro, do qual se faz objeto, em duas operações, ambas representadas na fórmula proposta para a fantasia, $\$ \diamond a$.

Parte do losango, ou punção, representa o véu da alienação, sendo esta a primeira operação essencial para a fundação do sujeito (Lacan, 1964; págs. 233-4). A alienação aborda o aparecimento do sujeito a partir de uma escolha forçada: quando tomado como um ser, cujo sentido é produzido pelo significante que vem do Outro, algo escapa ao sentido, onde é possível supor o sujeito inconsciente. Desta forma, o ser não coincide plenamente com o sentido que emerge no campo do Outro, pois a função do significante acarreta o eclipsamento de parte do campo do sentido, condição na qual o ser desaparece, e é quando há uma abertura para a

realização do inconsciente. Lacan exemplifica a escolha forçada alienante citando a abordagem comumente feita por assaltantes às suas vítimas: *a bolsa ou a vida?* – a escolha pela vida implica em perder a bolsa, enquanto a escolha pela bolsa acarreta a perda de ambos (Lacan, 1964, págs. 235-7). Da mesma forma, ao se constituir a partir do significante que vem do Outro, o sujeito perde a possibilidade de ser alguém cuja totalidade da existência é plena de sentido. Quando o sentido do ser vacila, há espaço para que uma outra formulação significante tente recobrir o que falta no Outro.

A segunda operação essencial do sujeito, também representada no losango que compõe o artifício gráfico elaborado por Lacan para abordar a fantasia, diz respeito a um movimento de engendramento denominado separação. Quando o discurso do Outro parental falta e promove intervalos, o seu desejo é apreendido pelo sujeito na forma de uma pergunta, na formulação de um enigma: *o que este que me fala quer de mim?*. Diante disso, o primeiro objeto proposto pelo sujeito ao desejo do Outro é uma fantasia de sua própria perda: *ele quer me perder?*. Assim, a fantasia sobre a própria morte recobre a falta do discurso do Outro com outra falta, o desaparecimento do sujeito (Lacan, 1964; págs. 239-240).

Quando aparece como desaparecimento, o sujeito engendra o segundo significante, a partir de uma torção fundamental que o desloca da posição alienante adotada frente ao significante que incide do campo do Outro. A fantasia de aniquilamento do sujeito busca responder ao desejo do Outro, sacrificando o próprio sujeito. Quando o seu objeto de desejo consiste em servir, ele mesmo, de objeto de desejo do Outro, o desejo do sujeito se torna indissociável do desejo do Outro (Lacan, 1964; págs. 240-4). A operação de separação, portanto, diz respeito à busca de encontrar, no sacrifício do objeto de desejo, o testemunho da presença do desejo do Outro (Lacan, 1964; pág. 306).

Conforme observa Bernard Baas (1992/2001; pág.2), Lacan se destaca como o psicanalista que compreende o ser do homem como desejo, tendo em vista a designação freudiana da pulsão de morte como verdadeiro enigma do desejo. No texto “*Kant avec Sade*” (Lacan, 1963/1966), uma fantasia, identificada como fundamental na obra de Sade, foi designada como suporte para o desejo. Ao retratar a apatia do sujeito diante do desejo do Outro, a fantasia em questão coloca

o desejo do sujeito como aquilo que faz valer o desejo do Outro. Contendo uma vítima sujeitada à lei, o carrasco que executa a lei, e um terceiro que a prescreve de maneira imperativa, a fantasia sadiana ilustra a posição de radical apatia do libertino como aquele que não age em função do seu próprio prazer sensível, mas do imperativo do gozo da natureza, que equivale ao gozo do Outro. O sujeito aí encontra-se reduzido ao carrasco, a agente-executor, instrumento da lei, enquanto o registro do Outro é identificado tanto no autor da lei, como naquele sujeitado. A função do sujeito se reduz, assim, a de um objeto mediador - denominado objeto , situação que torna explícita a alienação fundamental do sujeito (Lacan, 1963/1966). Segundo Baas (1992/2001, pág.21), tendo em vista a interpretação lacaniana, o imperativo sadiano funciona como uma lei que ordena, não o prazer, mas o gozo do Outro.

O efeito da incidência de um Outro, a respeito do qual supõe-se não estar submetido à castração e, por conseguinte, ao desejo, é exercido, no complexo de Édipo, por um nome próprio capaz de fazer valer a lei do incesto. O Outro que sobrevive ao complexo de castração é a suposição de um gozo puro, suposição da qual o nome do pai é feito símbolo (Lacan, 1963; pág.73-76). Quando a via simbólica do nome do pai sustenta um Outro mais além, a castração do Outro parental corresponde ao fato de que a função parental é assumida por um sujeito cujo gozo é submetido aos limites de uma certa lógica, ou seja, à fantasia. Esta última, tendo em vista o modo como encontra-se implicada no complexo de castração, diz respeito a um certo arranjo entre os movimentos de alienação e de separação do sujeito frente ao desejo do Outro.

Se, em 1964, Lacan chamou atenção para a constituição alienante do sujeito, em relação ao significante que materializa sua participação no universo simbólico, ainda em 1949, ele já havia atentado para a alienação implicada na assunção da imagem especular como uma forma primordial que marcará o desenvolvimento mental. Essa forma situa a instância do eu em uma linha de ficção que localiza o sujeito na situação de discordância com sua própria realidade (Lacan, 1949). É que a forma total do corpo é dada por algo exterior, uma imagem tornada significativa pelo Outro, cujo discurso - como foi elaborado no seminário XI (Lacan, 1964) - apresenta faltas, pois não é capaz de conferir sentido à

totalidade da existência. Diferente disso, deixa o espaço no qual o sujeito engendra uma questão sobre o desejo. Nesse sentido, o sujeito da questão sobre o desejo não se reduz ao eu, sendo este último situado pela imagem especular significante.

A questão sobre o desejo se impõe por intermédio de uma fantasia de aniquilamento justamente onde o discurso do Outro mostra seu limite em conferir significação ao real. Como veremos a seguir, é também em uma certa relação com o limite da capacidade do discurso do Outro que a angústia se instala como um afeto através do qual somos solicitados a fazer surgir um discurso (Lacan, 1962-3; pág. 24).

3.3

Fantasia e angústia: objeto a ser perdido

Assim como a estrutura da fantasia, a da angústia também tem relação essencial com o desejo do Outro (Lacan, 1962-3; pág. 14). Trata-se, mais precisamente, de uma relação marcada pela dependência necessária do sujeito ao Outro, representada, no léxico lacaniano, pela barra que incide sobre o sujeito, localizando-o no universo simbólico. A dependência em questão, no entanto, se deve menos à potência suposta no Outro, e mais à sua insuficiência em dar conta de todos os aspectos da existência do sujeito (Lacan, 1962-3; pág. 33).

Apreendida como um objeto de gozo, a imagem especular, autenticada pelo Outro como significante no universo simbólico, é problemática, na medida em que não esgota em si todas as possibilidades de gozo. Aquilo que se mantém alhures, irredutível à imagem, marca aí um lugar de ausência. O ponto onde a imagem não faz *gestalt* - onde sua significação é insuficiente para dar sentido à totalidade das manifestações vividas pelo sujeito - informa algo sobre o desejo do Outro, servindo assim, como suporte lógico para o desejo do sujeito (Lacan, 1962-3; págs. 32-5).

Visando alcançar a cura da neurose através do tratamento analítico, Freud (1937a) encontrou na angústia de castração o impasse intransponível da análise. Para Lacan, no entanto, o neurótico recua angustiado diante da castração do Outro

e instala seu impasse na correspondência desta com a sua própria castração. Dito de maneira mais clara, devido à insuficiência da imagem especular em reunir o investimento erótico em uma unidade coerente, há um resto libidinal remanescente cuja manifestação, é identificada por Lacan como angústia de castração. (Lacan, 1962-3; págs. 57-8).

Como proposto durante o seminário X, a angústia de castração deve ser tomada como a tradução subjetiva da presença do objeto a (Lacan, 1962-3; pág. 119). A abordagem do elemento a, componente da fórmula lacaniana da fantasia, $\$ \diamond a$, exibe aí características que não haviam sido mencionadas durante o seminário V. Se, naquela ocasião, o a fora definido como o outro próximo que serve de suporte para a constituição do eu, aproximando-se, assim, da definição de imagem especular (Lacan, 1949), na década de 60, Lacan define o objeto a como aquilo que representa a identificação do sujeito, especificamente, com o ponto de ausência na imagem especular (Lacan, 1962-3; pág. 189), identificação esta que permanece denegada (Lacan, 1964; pág. 208).

Quando o objeto a se apresenta no real despido da negação, aparece como um duplo, é quando a imagem especular se torna estranha (Lacan, 1962-3; pág. 116). O duplo foi identificado por Freud (1919, pág. 252) nos fenômenos de duplicação, de divisão e de intercâmbio do eu. A sucessão desses fenômenos apresenta uma repetição de elementos que acaba por engendrará-los como determinações do destino.

A referência fornecida por Lacan (1962-3) para a manifestação do objeto a como duplo é o conto O Horla, de Guy de Maupassant (1886/1997). O protagonista relata o aparecimento de indisposições acompanhadas da terrível sensação de que ele se encontrava na presença de um ser que lhe tomava a vida. Tal sensação se fazia acompanhar de acontecimentos misteriosos, como o consumo, cuja autoria permanecia indeterminada, de água e leite, durante a madrugada. O mal que se abatia sobre o homem, agora interno em um sanatório mental, se estendera aos seus criados, aos quais destinara-se por contágio. A sequência de fenômenos inexplicáveis consistia em ações sem sujeito aparente, sugerindo a presença e a influência de um ser invisível. Quando teve certeza da existência do ser em questão, o atormentado protagonista de Maupassant batizou-

o Horla, nome do vizinho inacessível que se apoderava de sua vida. Em seguida, após tê-lo nomeado, o homem pôde ver o ser invisível, experiência que se confundia com o desaparecimento de sua própria imagem no espelho. O corpo imperceptível havia eclipsado o reflexo do corpo humano mas, na medida em que a imagem no espelho ia se tornando nítida, o que a ocultava aparecia como uma transparência opaca, sem contornos definidos.

Ao figurar a possibilidade que a visão agarre aquilo que permanece invisível, a narrativa fantástica de Maupassant (1886/1997) aborda uma impossibilidade real da visão, a de cernir a totalidade dos fenômenos experimentados pelo sujeito. Quando o ser translúcido se sobrepõe à imagem do espelho, o duplo, que assombra a personagem em questão, revela a identificação do sujeito com o ponto de ausência de sua imagem especular.

Na experiência do estranho (*unheimlich*) - reconhecida como o núcleo comum do que é assustador - aquilo que provoca medo e horror não é percebido como algo alheio ou indiferente, tendo em vista já ter sido familiar, antes de ter sido recalcado (Freud, 1919; págs. 237; 262). Bráulio Tavares chama atenção para o fato de que o termo equivalente em inglês, “uncanny” serve de título para inúmeras publicações de narrativas fantásticas. O autor define como Fantástico as modalidades não realistas de narrativa, tais como a fantasia, os contos de fadas, o sobrenatural, relatos alucinatórios, etc. No entanto, a narrativa Fantástica não é uma fuga ou um recuo diante do que o autor chamou de Realismo, mas um passo além da sua limitação narrativa auto imposta (TAVARES, 2007; pág. 9). Nesse sentido, os contos fantásticos chegam a proporcionar uma abordagem mais realista do real do que uma narrativa que se ofereça como realista.

Considerando que a literatura fantástica viabiliza uma abordagem não denegada do objeto a, traremos outra referência literária de uma possível descrição da experiência angustiante do objeto a, trata-se de A Metamorfose, de Kafka (1915/1996). Quando, ao acordar, Gregório se descobre convertido em um monstruoso inseto, o fenômeno do duplo não corresponde à duplicação, mas ao intercâmbio do eu. O personagem encontrava-se acordado e, inicialmente, acreditava ser atormentado por devaneios, até que o seu estado teve consequências reais, abalando decisivamente a relação com seus familiares.

O atraso na saída matinal ao trabalho acabou por evocar aquilo que mantinha Gregório naquele emprego, tratava-se de pagar a dívida que seus pais haviam contraído com o gerente do seu trabalho. Quando ganha o corpo de uma barata, o protagonista se vê impossibilitado de responder ao desejo do Outro parental a partir de uma posição fálica, situação que acabou evidenciando sua condição de objeto, assujeitado ao desejo do Outro e, assim, passível de ser aniquilado.

Se a angústia expressa a presença do objeto a, então, ela não é o sinal de falta de objeto, mas de falta do apoio que faz surgir a falta (Lacan, 1962-3; pág. 67). Abordaremos essa definição da angústia como presença do objeto a, a partir de um contraste com o surgimento da fobia. Para tal, retomaremos a abordagem lacaniana do caso de Hans, privilegiando agora a estruturação de sua fobia, cujo objeto veio recobrir a angústia (Lacan, 1962-3; pág. 98).

A eclosão da fobia de Hans pelos cavalos foi sucedida por uma série de elementos perigosos que passaram a habitar o mundo, tal como vivido pelo menino. Do ponto de vista de Lacan (1956-7, págs. 245-6), esses elementos de medo são limites que passam a estruturar o mundo da criança, trazendo para o primeiro plano a função do interior e do exterior. O medo aí é um recurso de defesa que se impôs contra a angústia manifestada por Hans após ter rejeitado o seu papel de falo, ou seja, de objeto que completa a satisfação do Outro materno.

Sobre o fundo angustiante da fantasia de aniquilamento – quando o sujeito é destacado como objeto a, em posição de agente passivo do desejo do Outro, chegando a desaparecer - uma rede de objetos potencialmente ameaçadores à existência do sujeito foi tecida. Quando Hans viu perdida sua função fálica, era a sua própria existência que ele encontrava aniquilada pelo desejo do Outro, em seguida, objetos ameaçadores passaram a compor uma rede de critérios que situam sua existência no mundo. A partir de então, quando o recurso aos objetos ameaçadores de apoio faltar, eis a presença pontual e angustiante do objeto a.

Considerando a redução lacaniana do objeto a a uma função puntiforme evanescente, o olhar pode vir a simbolizar a falta central expressa pela castração. Trata-se aí do olhar imaginado no campo do Outro (Lacan, 1964; pág. 98). Isso quer dizer que, supondo a preexistência do olhar ao olho, a existência de alguém

pode ser vista de ângulos que a própria pessoa desconhece, já que seu olhar parte de apenas um ponto. As possibilidades de ser visto são desconhecidas para o sujeito, daí o olhar nos ser apresentado na forma de uma estranha contingência, simbólica da marca constitutiva da angústia de castração (Lacan, 1964; págs. 84-5). No terceiro capítulo, partiremos da construção da fantasia como um fenômeno transferencial - tendo em vista a posição do psicanalista, entre suposto saber e objeto a, perante a demanda dirigida ao Outro que o analisante formula – para indagarmos sobre a possibilidade de que o trabalho com a fantasia em análise produza algo além da angústia.

3.4

O gozo proporcionado pela fantasia fundamental

Considerando a abordagem sobre a função fálica das fantasias, desenvolvida no tópico 3.1, a partir da fantasia com girafas narrada por Hans, entendemos que a interpretação analítica atribui à fala uma satisfação obtida através do significante, a mesma em jogo na produção do sintoma neurótico. No entanto, no que diz respeito à fantasia fundamental construída em análise, o sujeito não goza somente da função fálica de tornar significante a relação do sujeito com o desejo do Outro. O gozo relativo à fantasia fundamental encontra-se referido ao fracasso da eficácia do Outro em reunir em um sentido a totalidade da existência do sujeito. Mediado pela fantasia fundamental, o sujeito goza de um encontro com o real.

No capítulo 2, acompanhamos o processo através do qual as cenas traumáticas relatadas durante o tratamento analítico foram tomadas por Freud como fantasias, estruturas imaginárias cujo valor simbólico se constitui em função do momento no qual se inserem no discurso. Em 1953, na conferência “O simbólico, o imaginário e o real”, Lacan equivale a fala ao símbolo e situa a fantasia no ato da fala. Assim, a descoberta da dimensão simbólica da fala é resgatada do texto freudiano – a fantasia “... é feita para se exprimir, para ser dita, para simbolizar alguma coisa, e alguma coisa que tem um sentido completamente

diferente, de acordo com o momento do diálogo.”(Lacan, 1953b/2005; págs. 15-6; 22).

Na conferência de 1953, conforme observa Vanier (2005), Lacan conferia ênfase ao Simbólico. Tratava-se, naquela ocasião, da introdução do Simbólico em uma articulação com o Imaginário e com o Real. Com isso, a realidade humana é fragmentada em três registros essenciais. O que está em jogo no tratamento analítico diz respeito a um modo de reconhecimento da realidade, no entanto, “...há na análise toda uma parte de real em nossos sujeitos que nos escapa.” (Lacan, 1953b/2005; pág. 13), restando-nos a fala.

A fala é analisável na medida em que representa outra coisa além do que é falado, é símbolo de uma satisfação imaginária, aquela proporcionada por um objeto que não corresponde ao objeto real. Trata-se de um deslocamento do ciclo de satisfação de uma necessidade natural para assumir, de fora deste ciclo, a realização de um outro tipo de satisfação (Lacan, 1953b/2005; pág. 20). Através do processo de simbolização, a identidade do objeto é mantida mesmo em sua ausência. Aliás, é ausente que o objeto se constitui enquanto algo disponível no universo simbólico. No entanto, ainda que represente um deslocamento, nem todo fenômeno imaginário pode ser submetido à interpretação analítica (Lacan, 1953b/2005; pág. 22).

A função simbólica introduz um terceiro personagem que, referido ao desejo do Outro parental, é transcendente à relação imaginária. Como indica Lacan:

Para que uma relação assuma seu valor simbólico é preciso haver a mediação de um terceiro personagem que realize, em relação ao sujeito, o elemento transcendente graças ao qual sua relação com o objeto pode ser sustentada a certa distância. (Lacan, 1953b/2005; pág. 33).

Duas décadas depois, Lacan (1972-3) situa um furo essencial à função simbólica de conferir à relação do sujeito com o objeto imaginário o valor de algo a ser interpretado. O lugar do Outro enquanto “*compagnon de langage*” (Lacan, 1957-1958; págs. 17; 21), tal como abordado no tópico 1.3, é um lugar que “não se aguenta”, pois há “uma falha, um furo, uma perda.” (1972-3; pág. 34).

Como abordamos no tópico 2.3, no efeito de significação, o significante tem autonomia e prioridade em sua articulação com o significado. A significação não resulta da conformação entre significante e significado, mas é um efeito simbólico produzido entre significantes em uma relação de substituição: um significante substitui o outro, em função daquilo que representam um para o outro.

A constituição simbólica dos significantes, no entanto, se caracteriza pela presença de algo que é impossível de ser realizado enquanto significante. O resíduo deixado pelo processo de simbolização denuncia a existência de algo que não é passível de ser tomado em sua ausência. Isso porque o significante é marcado por uma falta estrutural, a ausência da Coisa. Em relação à estrutura faltosa da função fática do significante, portanto, o objeto *a* é excessivo, por isso, sua presença é vivida enquanto experiência do estranho.

No presente capítulo, tendo em vista a abordagem lacaniana da fantasia fundamental, onde o objeto *a* é um termo que mantém com o sujeito uma relação de indiscernibilidade, vimos que a existência do sujeito excede a estrutura do significante que vem do Outro. A imagem especular não é capaz de esgotar todas as possibilidades de gozo, pois há um ponto onde o sujeito não se reconhece enquanto tal. O gozo que não pode ser proporcionado através da imagem se caracteriza como um gozo absoluto. No entanto, a articulação de uma lógica do desejo ganha lugar para além do gozo tomado como uma satisfação absoluta (Lacan, 1968-9; pág. 212).

Ao abordar, com a fórmula da fantasia, a relação entre o sujeito e o objeto *a*, Lacan situa o sujeito mais “...no que vivemos quando estamos cochilando no ônibus do que no que somos nos pontos de chegada.” (Vieira, 2008; pág. 123). Há uma relação indissociável entre sujeito e resto, sendo um o avesso do outro. O sujeito encontra-se ausente enquanto o objeto *a* diz respeito a uma presença intocável, a não ser de modo lateral (Vieira, 2008; pág. 124).

Quando o objeto *a* ganha a figura de uma entidade evanescente como o olhar, por exemplo, trata-se da fabricação de um discurso sobre a renúncia ao gozo do ser, em favor do mais-de-gozar (“*plus-de-jouir*”) do sujeito (Lacan, 1968-9; pág. 22). O gozo proporcionado pelo objeto *a* comporta uma reivindicação concernente à frustração do gozo absoluto do Outro, que é o gozo absoluto do ser.

Como expressa Miller (1997; pág. 313), “‘Mais-de-gozo’ é o resultado de uma subtração.”

Na fantasia, o encontro com o outro se dá pela via da sexualidade, mas, como vimos neste capítulo, não se trata da metáfora de uma relação imaginária. Diferente disso, trata-se da lógica através da qual o sujeito se coloca em função do desejo do Outro. O objeto a é o que resta da eficácia do Outro em reunir a existência do sujeito em um sentido. É em referência ao fracasso do Outro que o sujeito se oferece como resposta para o enigma sobre o desejo do Outro. Nesse sentido Lacan (1972-3; pág. 128) afirma: “*Eu*, não é um ser, é um suposto a quem fala.”.

Se, em 1953, a proposta lacaniana sobre a articulação entre os três registros da realidade privilegiava a função do Simbólico, durante a década de 70, tendo em vista o limite da eficácia clínica do processo de simbolização, o registro do Real ganha ênfase. Para abordar aquilo que liga simbólico, imaginário e real, Lacan (1975-6) elabora um recurso à figura do nó. Sendo a incarnação do obstáculo encontrado pelo desejo de conhecer e, ao mesmo tempo, o suporte de uma relação significante, o nó ilustra a:

triplicidade que resulta de uma consistência que só é afetada pelo imaginário, de um furo fundamental proveniente do simbólico, e de uma ex-sistência que, por sua vez, pertence ao real e é inclusive sua característica fundamental. (Lacan, 1975-6; pág.36).

O real impossível de existir, tal como, por exemplo, uma consistência sem fraturas, ganha ex-sistência quando encontra retenção pelo simbólico e pelo imaginário (Lacan, 1975-6; pág. 39). Assim, a consistência conta com a fratura, que a torna impossível, para se constituir enquanto tal. (Lacan, 1975-6; págs. 36-7). Sob tais condições, a função do significante conta com a ausência da Coisa, que torna o gozo absoluto impossível, para se constituir enquanto tal. Assim, o gozo proporcionado pela fantasia fundamental inclui uma perda de gozo.

Sabemos que o sujeito, enquanto um ser desejante, se constitui em referência ao desejo do Outro, o que quer dizer que ele se constitui em referência à frustração da suposição sobre o gozo absoluto do Outro. O objeto a, não é

exatamente uma figura de gozo, mas também não se confunde com a falta, pois marca alguma presença. A passagem do Outro ao objeto a, proposta por Lacan, é a passagem da “exigência de gozo” ao “bagaço da vida”, ao que se apresenta como resto, como pedaço perdido (Vieira, 2008; págs. 105-6).

A reconstituição histórica em jogo no tratamento analítico não visa alcançar o sentido fundamental da própria existência, diferente disso, o analista visa localizar lacunas. Algumas das coisas que se apresentam, apesar de não completarem as lacunas, transformam-nas de modo que não permanecem como tais. O objeto a, portanto, se apresenta como algo caduco, extraído do corpo, “...tende a assumir a potência obscura de perturbar os limites do mundo subjetivo e lhe conferir nova conformação...” (Vieira, 2008; págs. 105-6).

As lacunas que fazem margem ao trabalho de construção das fantasias põem em movimento o gozo opaco denominado mais-de-gozar, aquele que inclui uma perda de gozo na relação entre o sujeito e o Outro. No próximo capítulo, abordaremos a construção transferencial da fantasia fundamental, considerando a posição do analista, entre suposto saber e objeto a, necessária para que seja operada uma mudança na posição do sujeito frente à suposição sobre o gozo absoluto do Outro.

4

O trabalho com a fantasia em análise

4.1

Construção transferencial da fantasia

Inicialmente, a transferência foi designada por Freud (Breuer & Freud, 1895a) como um deslocamento de afeto, de uma representação para a outra, sendo um fenômeno exterior à essência da relação terapêutica. A incompatibilidade, então atribuída à transferência na relação terapêutica, se devia ao fato de que a recordação era almejada por Freud como parte fundamental do objetivo do tratamento analítico e a transferência inviabilizaria a recordação da experiência que, tendo sido recalçada, deu origem à neurose.

Na definição do verbete *transferência*, Laplanche e Pontalis (2004; págs. 516-7), notam que com a repercussão da descoberta do complexo de Édipo na teoria freudiana da transferência, a transferência passa a ser compreendida como um processo estruturante do conjunto do tratamento e que viabiliza a cura, pois insere o analista na cadeia representativa das figuras parentais, promovendo uma via de aproximação do erotismo infantil que fora dirigido aos pais e recalçado no contexto do complexo de Édipo (Freud, 1912a).

Deste segundo momento, o da inclusão da transferência na experiência da análise, destacamos alguns apontamentos que julgamos essenciais para abordarmos, de uma perspectiva lacaniana, a construção da fantasia em análise. Esta última será concebida como um processo do qual o desejo do analista não encontra-se excluído, mas no cerne de uma transformação operada em análise. Trata-se da transformação à qual as demandas formuladas são submetidas durante o tratamento, quando este visa extrair dessas formulações a relação do sujeito com o objeto a, figurada por Lacan na fórmula da fantasia, $\$ \diamond a$.

Identificada como uma característica da neurose, Freud (1912a) articula a transferência a uma necessidade de amar que não é inteiramente satisfeita pela

realidade e que se volta para a figura do médico mediante a expectativa de cura dirigida a ele. Apesar de levantarem possíveis obstáculos ao tratamento, os fenômenos da transferência podem ser usados em favor do tratamento psicanalítico, na medida em que tornam imediatos e manifestos os impulsos eróticos recalçados. (Freud, 1912b). Com isso, o uso da transferência, com a intenção de revelar aquilo que ela viabiliza, é entendida como uma das tarefas principais do tratamento das neuroses.

Nos anos seguintes, em detrimento da utilização de sua intensidade no sentido de favorecer a remissão dos sintomas, a elaboração freudiana sobre a função da transferência, priorizou sua operatividade na significação dos sintomas. O manejo da transferência, ao fornecer aos sintomas um novo significado, um significado transferencial, promove a substituição da neurose que levou o paciente à análise, por uma neurose de transferência “...da qual se pode ser curado pelo trabalho terapêutico.” (Freud, 1914b; pág. 170).

Atento ao seu valor tático, em Observações sobre o amor transferencial, Freud (1915b) chama atenção para uma determinada situação ocorrida frequentemente na relação transferencial: quando a paciente se enamora do analista. Sua recomendação é que o analista faça uso deste anseio da paciente. Tendo em vista a incapacidade do neurótico em atingir a satisfação real do erotismo recalçado, o analista deve apaziguá-lo por meio de substitutos. Diante do apelo de amor do neurótico - atualizado na expectativa de cura dirigida ao médico - o que o psicanalista oferece são substitutos para a satisfação impossível. O modo como Freud (1915b) define aquilo que o analista tem a oferecer ao paciente - um substituto para a satisfação impossível - equivale a sua concepção sobre a fantasia.

A investigação freudiana sobre a etiologia da neurose situa, na origem inconsciente do sofrimento do neurótico, o erotismo infantil recalçado que, no entanto, se faz presente nas formações substitutivas levadas à análise, tais como a fantasia sexual, o sonho e o sintoma. Como pudemos extrair da análise do homem dos lobos (FREUD, 1918), e chega a ser explicitado na XXIII Conferência introdutória sobre psicanálise (FREUD, 1917a), a cena primária construída em análise é uma fantasia, vale como lembrança da cena do recalque originário por

se colocar no lugar da ausência desta última. Deste ponto de vista, ainda que permaneça irrepresentável, o recalado é figurado na cena das fantasias originárias.

À expectativa de que o psicanalista acesse a motivação inconsciente do sofrimento do neurótico e promova a cura, Freud (1912) atribuiu uma necessidade de amar insatisfeita que o neurótico dirige à figura do médico. Nesse contexto, o que o analista tem a oferecer serve como um substituto, na medida em que - como veio afirmar duas décadas mais tarde, no *Esboço de psicanálise*, aquilo que o paciente experimenta sob a forma da transferência tem uma força de convicção (Freud, 1940; pág. 191).

No texto “Construções em análise”, o próprio tratamento analítico é definido como um tipo de substituição que visa produzir reações que sejam mais adequadas para o paciente em análise do que o recurso neurótico ao recalque (Freud, 1937b). Nesse contexto, enquanto a pessoa analisada deve recordar algo que foi experimentado e recalado, a tarefa do analista é “...completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, *construí-lo*.” (Freud, 1937b; pág. 276). Diferente da interpretação, que visa desvendar o simbolismo das associações, dos lapsos e dos atos falhos, trata-se de construção, especificamente, “...quando se põe perante o sujeito da análise um fragmento de sua história primitiva, que ele esqueceu...” (Freud, 1937b; pág. 279).

O trabalho de construção é solidário à recordação enquanto objetivo terapêutico, no entanto, o resultado obtido não é a reprodução de uma lembrança, mas a produção de uma convicção a respeito dela. A construção depende que o analisando autentique a proposta oferecida pelo analista de modo a vinculá-la ao seu movimento de rememoração e a produzir novas lembranças. “Assim fazendo, Freud está perfeitamente cômico de que desloca a questão da validade do conteúdo da interpretação para a legitimidade do trabalho de construção...” (Assoun, 1990; pág. 65).

O assentimento consiste em “...uma convicção segura da verdade da construção, a qual alcança o mesmo resultado terapêutico que uma lembrança recapturada.” (Freud, 1937b; pág. 284) Nesse sentido, a ambição de Freud em

relação à construção é a de produzir um “efeito subjetivo”. Ao se colocar como substituta da lembrança, a construção passa a valer para o sujeito em análise como uma reconstituição da lembrança. Assim, o trabalho de construção desempenha um “papel constituinte” na medida em que seu efeito é o único critério de sua validade. (Assoun, 1990; pág.71)

O trabalho de construção deve passar pelo assentimento do paciente para que aquilo que o analista oferece tenha o mesmo efeito de uma lembrança. Diante da questão sobre como o assentimento pode ser clinicamente verificado, Freud (1937b) o identifica em produções substitutivas como os sonhos, os chistes, os lapsos e os atos falhos. Ou seja, o sujeito do assentimento - quem assume a construção proposta pelo analista como parte de um trabalho de rememoração – não é o eu, mas o sujeito do inconsciente.

Segundo Miller (1996; pág. 92), ao atestar a validade da construção como lembrança, “...construção é a palavra com a qual Freud (1937b) designa a relação do analista com o que permanece recalcado, com o que o trabalho analítico não consegue restituir.”. Dita de outra maneira, a questão colocada por Freud é a de saber como o psicanalista se posiciona – tendo em vista a expectativa de cura que o candidato à análise dirige ao tratamento – a fim de que uma construção seja operada. Se a transferência foi inicialmente concebida como um ponto de resistência à recordação, com a concepção da construção, o que o analista tem a oferecer diante da demanda do paciente, não equivale à dissolução da resistência.

Lacan (1954/1966) destaca a resistência entre os conceitos fundamentais da técnica cujo uso por determinada doutrina pós freudiana da psicanálise é seu objeto de exame crítico. A resistência ganhou relevância na experiência freudiana enquanto uma peça fundamental na revelação da verdade criptografada nos símbolos produzidos pela linguagem dos sintomas (Lacan, 1954/1966; pág. 372). Vislumbrando a possibilidade que o analista atue como alguém capaz de traduzir a criptografia sintomática, estabeleceu-se uma tradição no campo psicanalítico que tem como método analisar as resistências⁷.

⁷ A expansão dessa corrente de psicanalistas de língua inglesa centrados na análise das resistências se deu nos anos 30, e passou a influenciar gerações de analistas. Bernardes, A.C (2003) cita Reich

No entanto, vale lembrar, com o conceito de transferência, Freud situa o efeito da presença do analista no limite de como o discurso pode se efetuar na palavra. Lacan vê aí, em última instância, a subordinação da análise à condição de que o sujeito tenha o sentimento do outro como existente, ou seja, à alteridade. Propõe, portanto, partir das dimensões do discurso na qual a resistência se manifesta na análise e identificar o momento da resistência como aquele que deflagra, não a revelação da verdade sobre o sujeito do inconsciente, mas a questão: quem fala e a quem fala? (Lacan, 1954/1966; págs.371; 374-5).

No prefácio de *Lacan elucidado*, Miller (1997; pág. 9) chama atenção para o que chama de uma “inversão na comunicação”, proposta pela perspectiva lacaniana. Trata-se de dar ênfase ao poder do ouvinte em relação ao que é dito, ponto de vista a partir do qual, quem fala não passa de um “lugar de passagem”, “um médium” que se presta ao desejo do Outro. Os significantes apresentados pelos ouvintes são tomados como signos pelo orador e condicionam o fluxo do seu discurso, nesse sentido eles são o Outro de quem fala. Da mesma forma, como vimos no tópico 1.3, somente a partir dos significantes do adulto, o grito de um recém nascido é interpretado como necessidade a ser satisfeita. (Lacan, 1957-1958). Ou seja, é preciso que a fala passe pelo campo discursivo do Outro pra que seja dotada de significação. Dito de outra forma, o que a significação atribuída a uma fala revela é sua inscrição no campo discursivo do Outro.

Em “*La direction de la cure et les principes de son pouvoir*”, Lacan (1958/1966; págs. 617-8) definiu a experiência analítica como uma demanda ao Outro. Trata-se de uma demanda intransitiva que se desdobra na expectativa de cura, de revelação, de conhecer a psicanálise, ou de se tornar analista. Sendo o analista aquele que suporta a demanda sem, contudo, satisfazê-la, abre a via para uma demanda mais antiga, não exatamente para evocar a frustração já vivida, mas para que reapareçam os significantes onde a frustração encontra-se retida.

A articulação da demanda na cadeia significante, mediante o apelo de receber do Outro o complemento de si, deve, na experiência analítica, trazer à

e Fenichel como os principais autores que servem de referência metodológica para a análise das resistências.

tona a falta a ser inerente ao sujeito. No entanto, para que a análise venha dar lugar para o desejo inconsciente, o Outro, lugar da palavra, deve ser também o lugar da falta a ser (Lacan, 1958/1966; pág. 627).

No entanto, o lugar da falta a ser não é encontrado mediante solicitação, não está disponível de saída, deve ser cavado durante a análise. Rumo à falta a ser, o processo da transferência não prescinde do efeito da interpretação, que vem introduzir na composição dos significantes algo que torna sua tradução possível, ou seja, que sustenta a função do Outro (Lacan, 1958/1966; pág. 593) como lugar simbólico.

Na interpretação analítica, a introdução da suposição de um sentido para a fala diz respeito à subordinação do sujeito em relação à função do significante (Lacan, 1958/1966; pág. 593). Apenas quando o sujeito supõe ser, ele mesmo, subordinado ao significante e por este corrompido, têm-se um indício do efeito da interpretação. Trata-se da retificação das relações do sujeito com o real. A retificação em jogo não diz respeito a um avanço no conhecimento da realidade, mas à constatação do sujeito sobre a sua participação na fabricação da realidade (Lacan, 1958/1966; pág. 596). Aquilo que a operação em questão retifica não é a relação do sujeito com a realidade objetiva, mas com o fato de ser ele mesmo um elemento significante desta realidade.

No tópico 3.3, abordamos a concepção lacaniana sobre a constituição alienante do sujeito. Sua participação no universo simbólico se materializa no significante e na assunção da imagem especular enquanto a forma primordial do eu. A falta a ser foi abordada como uma decorrência da incapacidade do Outro em dar sentido à totalidade das manifestações do sujeito e, ao mesmo tempo, como uma condição para que o desejo se institua. Frente ao discurso do Outro, que é limitado e, assim, sinaliza algo sobre o desejo, o sujeito da fantasia se posiciona entre a alienação e a separação que faz apelo à subjetivação. A fantasia, entendida como a extração de uma lógica para o desejo, se estrutura a partir da identificação do sujeito com o objeto a, quando se faz de instrumento do desejo do Outro. Do lugar do objeto a, o neurótico se serve de uma fantasia perversa - a fantasia

fundamental de aniquilamento (Lacan, 1964) - para recobrir a apatia angustiante diante do Outro (Lacan, 1962-3, pág. 63).

Pretendemos demonstrar que a construção da fantasia fundamental implica em reduzir as fantasias, subjacentes à formulação da demanda, à fantasia, na qual o sujeito se identifica com o objeto a. As fantasias em jogo nas demandas formuladas durante a análise são compreendidas, aqui, a partir da conceituação freudiana sobre a função substitutiva das fantasias montada no primeiro capítulo. Já a fantasia fundamental proposta por Lacan diz respeito à uma identificação entre sujeito e objeto que ganha lugar a partir da falta a ser do Outro. Tendo isso em vista, se faz necessário delinear, por enquanto de maneira introdutória, a posição adotada pelo analista no sentido de conduzir a análise em favor da construção da fantasia.

Até meados da década de 50, o ensino de Lacan privilegiava uma abordagem segundo a qual o analista se posiciona no lugar do Outro, embora já traçasse a barra do Outro como uma mudança de posição a ser operada durante a análise. Como indica Brodsky (2004; págs. 14-5), após ter introduzido a Coisa, durante o seminário sobre a ética da psicanálise (Lacan, 1959-60), no seminário sobre a transferência, Lacan (1960-1) vem situá-la no consultório. A partir de então, o analista é concebido como alguém que encarna, não o Outro, mas a Coisa.

O que é demandado ao psicanalista, então, é a Coisa; demanda a ser direcionada no sentido de uma articulação significativa da frustração. Como vimos no tópico 1.3, a ausência da Coisa encontra-se na estrutura de uma relação significativa, ou seja, autenticada pelo Outro, sendo este último um lugar simbólico. A Coisa, portanto, é o objeto perdido na relação com o Outro. Enquanto o desejo deste último se apresenta como um enigma, a busca pela Coisa ausente persiste. Ao encarná-la de modo a sustentar sua ausência fundamental, o analista visa os significantes dessa busca, tendo em vista que, apenas enquanto significativo é possível delimitar um objeto que venha ocupar esse lugar.

A demanda é justamente aquilo que vem se articular enquanto uma busca pelo objeto ausente. Na concepção lacaniana, é na relação do sujeito com a

demanda que se constitui o movimento pulsional. Conforme abordamos no tópico 1.2, o conceito de pulsão é o recurso freudiano elaborado para dar conta de uma concepção sobre o modo como a sexualidade humana se exerce. De acordo com a leitura proposta por Lacan (1964; pág. 217) do conceito de pulsão, na falta de um representante capaz de representar a sexualidade como um todo⁸, esta exerce sua atividade própria por intermédio das pulsões parciais. Estas últimas se constituem em um movimento circular durante o qual a borda erógena contornada se torna o alvo da intensidade pulsional e o objeto a é destacado.

A presença do objeto a, portanto, condiciona a função do objeto parcial. Tal como abordado por Lacan (1960-1; págs. 149-50), o objeto a é alguma coisa que, visada pelo desejo, confere a um objeto o acento da preferência. O objeto parcial, sendo o seio, o falo, ou o excremento, é privilegiado pelo desejo, pois contém o objeto a, ponto principal a ser demarcado na experiência analítica.

A transferência indica que o analista está implicado na posição de ser aquele que contém o objeto a, encontra-se condicionado, portanto, pela fantasia fundamental, lugar onde o sujeito pode se fixar como desejo (Lacan, 1960-1; pág. 194). Conter o objeto a, no entanto, implica um certo tipo de posse que foge à lógica fálica introduzida por Freud (1923), segundo a qual, a ausência do falo denuncia a sua castração. Diferente do objeto fálico, o objeto a é a presença de um vazio ocupável por quaisquer objetos; essa presença se estabelece devido ao fato de que nenhum objeto jamais satisfará a pulsão a não ser contornando o objeto faltante (Lacan, 1964; págs. 201-2).

A fórmula da fantasia, $\$ \diamond a$, exprime o valor significante da entrada do sujeito na cadeia de significações. No entanto, no trabalho com a fantasia em análise, consideramos que esta se apresenta enquanto pulsão, representada no léxico lacaniano pela fórmula $\$ \diamond D$ (Lacan, 1962-3; págs. 80; 82). Isso quer dizer que a realidade em jogo na fantasia a ser construída, ou seja, o que funciona no

⁸ A sexualidade como um todo é compreendida aqui no campo do real inominável, o mesmo no qual Lacan (1975-6/2008; pág.13) situa a natureza: "...a natureza se especifica por não ser una. Daí, para a abordá-la, o procedimento lógico. Pelo procedimento de chamar de natureza o que vocês excluem pelo simples fato de ter interesse em alguma coisa, alguma coisa que se distingue por ser nomeada, a natureza não se arrisca a nada senão a se afirmar como uma miscelânea de fora- da-natureza."

nível do objeto a é a demanda (Lacan, 1962-3; pág. 64). Nesse sentido, entendemos que a construção da fantasia fundamental, que marca a presença do objeto a, conta com a formulação da demanda por parte do neurótico, movimento que equivale ao modo como a pulsão se constitui.

Estruturada pelo significante, a demanda não deve ser tomada ao pé da letra, mas sim como aquilo que vem se colocar no lugar do objeto a. (Lacan, 1962-3; págs. 79-80), ou seja, que vem ocupar um vazio. Por isso, a construção da fantasia em análise conta com a interpretação da demanda no sentido de colaborar para que o sujeito consiga ultrapassá-la e dizer algo sobre a presença deste vazio ocupável, ou seja, sobre o objeto a⁹. O analisante produz uma sucessão de demandas, até que, no limite desse ciclo, onde o Outro a quem dirigir a demanda não existe, se inscreve a castração (Lacan, 1962-3; págs. 65-6), que vem marcar um traço de divisão entre a demanda e o desejo (Lacan, 1960-61; pág. 226).

Mas, como interpretar a demanda de modo a situar o desejo? Toda demanda, por ser fala, encontra-se submetida ao desejo do Outro e atrai deste sua resposta invertida. À demanda de ser alimentado, por exemplo, responde, do lugar do Outro, a demanda de se deixar alimentar. O modo de confronto entre as duas demandas insinua a discordância, o fracasso do encontro. O conflito entre elas - manifesto de maneira explícita, por exemplo, na recusa em se deixar alimentar, reconhecida clinicamente como um sintoma, a anorexia – indica que a demanda é transbordada por um desejo de que ela não seja completamente satisfeita, ou a extinção da demanda corresponderia à morte do desejo. Considerando que o lugar do desejo encontra-se à margem da demanda, a resposta do analista deve ser no sentido de preservar a possibilidade de reencontrar no campo da fala o lugar do desejo. (Lacan, 1960-61; págs. 202-3)

É na relação entre a demanda e o desejo que Lacan situa a definição freudiana sobre a migração da libido pelas zonas erógenas. O valor erótico da boca, por exemplo, não ganha substância através da necessidade de comer, mas a

⁹ Para uma abordagem sobre a materialidade particular do objeto a, sendo este intangível, mas não sem peso, cf. Flourey, N. “La matière affectuelle”.

partir da demanda oral, demanda de ser alimentado dirigida ao Outro, aí sim funda-se o desejo em torno de um objeto privilegiado. A fase oral da libido sexual se dá, portanto, a partir da demanda (Lacan, 1960-61; págs. 210-1).

Como já citamos no tópico 1.2, Freud (1905a; págs.173-4) considera o seio materno como um objeto da pulsão sexual que encontra-se fora do corpo próprio, mas não desde sempre. É quando o lactente sofre a perda do seio, que o sugar ganha uma função erógena, na tentativa de substituir a estimulação da boca. A respeito da pulsão oral, Lacan (1964; pág. 219) entende a reivindicação do seio como algo que, mesmo sendo separado do sujeito, lhe pertence e lhe completa. O sentido do desejo aí é o de uma escolha estabelecida na relação com o objeto parcial que há no outro (Lacan, 1960-61; pág. 214).

Ocorre que, além de pedaços, o que o sujeito encontra no campo do Outro são os objetos privilegiados pelo desejo deste último. Lacan situa a demanda oral no reflexo da fome do sujeito no Outro, situação na qual o sujeito se faz objeto, mas de uma fome escolhida por ele, ou seja, mediada pelo desejo. Ao se colocar como objeto do desejo do Outro, o sujeito vem se situar como objeto privilegiado, “no cardápio do canibalismo” (Lacan, 1960-61; págs. 215-6). O que caracteriza o desejo do neurótico é que seu lugar permanece na dependência da demanda do Outro, desarticulado da demanda do sujeito, e assim, não tem como se dizer (Lacan, 1960-61; pág. 217).

Na demanda oral, a transição da fome ao erotismo se faz pela via da preferência do Outro, já a demanda anal se caracteriza por uma reversão da iniciativa, em benefício do Outro (Lacan, 1960-61; pág. 216). A necessidade aí está do lado da mãe que espera que a criança faça surgir alguma coisa digna da aprovação geral, daí a função de presente conferida ao excremento pela experiência analítica. A demanda anal diz respeito, portanto a uma disciplina da necessidade, no sentido de dominá-la. Sob essa lógica, o sujeito só satisfaz uma necessidade para a satisfação de um outro, em função da qual, deve retê-la até o momento adequado. O que caracteriza a esfera das relações ligada a fase anal é a oblatividade: tudo para o outro, restando para o sujeito o lugar de resto da

operação. Nesse sentido, a simbolização do sujeito como excremento diz respeito à posição do desejo anal (Lacan, 1960-61; págs. 204-5).

O que é importante considerar na demanda anal que vem do Outro é o cernimento do objeto e a função do corte (Lacan, 1962-3; pág. 97), sendo estas as características que nos aproximam do objeto a, tal como incluído na fórmula fundamental da fantasia. É no nível anal que o sujeito, pela primeira vez, se reconhece como objeto (Lacan, 1962-3, pág. 350).

Sendo algo que se destaca, a fantasia que figura o sujeito como objeto a é como um recorte ou um quadro encaixado no enquadre da janela, impedindo que se veja através desta (Lacan, 1962-3, pág. 89). A metáfora da fantasia como um quadro que se sobrepõe à paisagem natural aponta para a função mediadora da fantasia fundamental, a de figurar o irrepresentável, aquilo para o qual não há simbolização possível.

Conforme Assoun (1990, pág. 135) nos lembra, a construção das cenas infantis – consideradas como o elemento em falta na memória do paciente - são indispensáveis à estrutura associativa e lógica da neurose, na medida em que sua “operatividade significante” desempenha a função de ordenação. Nos termos de Lacan (1953c/2001; pág. 140), a função de ordenação desempenhada pelo significante corresponde à penetração do real pelo simbólico. No entanto, a conceituação lacaniana da fantasia fundamental destaca ainda uma outra função da fantasia, além da simbólica. Trata-se de extrair das construções significantes a lógica mediadora através da qual o sujeito, não apenas ordena o real, mas também inclui esse objeto cuja inapreensibilidade é atribuída à limitação do Outro em sua capacidade de simbolizar. Dito de maneira mais clara, a fantasia aponta o lugar do desejo precisamente na relação do sujeito com aquilo que se perde em decorrência de sua relação com o mundo significante.

Como vimos no tópico 2.3, há um ponto de indiscernibilidade entre isso que se perde e o próprio sujeito. O objeto a é aquilo do sujeito, onde este não se reconhece como um eu, tal como autenticado pelo Outro, mas é exatamente isso que condiciona seu desejo. Vimos que o contorno desse objeto é traçado em um movimento circular, através do qual se constitui a erogenidade de uma

determinada zona a qual Lacan atribui a função de borda erógena. Neste movimento, através do qual a pulsão se constitui, o que se destaca é a presença de um vazio ocupável, que vem a ser ocupado pela demanda que pede pelo objeto parcial.

Se, como propõe Lacan, o analista é aquele que contém o objeto a, isso quer dizer que o seu desejo deve ser contado como parte integrante da experiência analítica. Se faz necessário, no entanto, estabelecer um contraste entre o analista como aquele que contém o objeto perdido, a Coisa em si, e o analista que contém a presença do vazio que vem a ser ocupado pelo desejo¹⁰. No próximo tópico, tendo em vista o trabalho com a fantasia em análise, abordaremos a transferência como um processo que se dá entre o suposto saber e o desejo do analista, ou seja, sem que este último possa prescindir completamente destas duas posições.

4.2

Entre suposto saber e desejo do analista

Durante o Seminário sobre a transferência, Lacan, (1960-61; pág. 174) já explicita seu objetivo de localizar a função do desejo na experiência analítica, considerando, não apenas o analisando, mas essencialmente, o analista. O desejo do analista foi abordado por Lacan em articulação com o limite da transferência. Ainda que a descoberta freudiana da transferência, como um processo manejável pela interpretação, demonstre a permeabilidade desse fenômeno à fala, o que Lacan articula no cerne de sua abordagem sobre a transferência é que esta guarda em si mesma um limite irreduzível (Lacan, 1960-61; pág. 175). Como veremos neste tópico, trata-se do limite da capacidade de simbolização inerente a qualquer campo discursivo delimitado, inclusive ao campo da Psicanálise.

¹⁰ Tanto a Coisa como o objeto a são conceitos que situam a falta na estrutura do desejo. Darriba (2005) identifica, na elaboração lacaniana do objeto a, a inclusão da falta na experiência analítica. Na interpretação de Lacan sobre a Coisa freudiana, a falta do objeto é situada como condição para a linguagem, já a invenção do objeto a diz respeito à substância dessa falta. Trata-se, na abordagem do objeto a, de considerar a experiência daquilo que é exterior e inassimilável como parte do tratamento analítico.

Em 1937, preocupado em estabelecer uma definição conceitual sobre o término do tratamento analítico, Freud produziu um texto emblemático da impossibilidade inerente ao objetivo terapêutico da experiência analítica, “Análise terminável e interminável”. De saída, apoiado em sua experiência clínica, Freud (1937b; pág. 235) suspeita da possibilidade de levar uma análise ao seu término – teoricamente definido como uma situação na qual a solução de todos os recalques do paciente e o preenchimento de todas as lacunas existentes na sua lembrança proporcionam a remissão completa dos sintomas, das inibições e da angústia inicialmente apresentados. A cura da neurose é suposta aqui como a correção do recalque originário pondo fim ao “poder irresistível do fator quantitativo na causação das neuroses” (Freud, 1937b; pág. 242). Trata-se de uma força que fora formalizada e denominada, em 1920, em “Além do princípio de prazer”, como pulsão de morte, diante da qual, os esforços terapêuticos mostram-se insuficientes. Tendo em vista a insistência de um excedente pulsional não domesticável pelo tratamento, o processo de cura visado pela análise freudiana é condenado a ser uma tarefa interminável.

Atestando a impossibilidade da extinção do sofrimento neurótico, é a profissão de analista que é condenada a encontrar resultados insatisfatórios. No entanto, levando em consideração que o relacionamento analítico se sustenta no amor à verdade, Freud recomenda que o analista se prepare para esta profissão impossível, submetendo-se a um processo analítico, durante o qual se estabeleça uma “convicção firme da existência do inconsciente” (Freud, 1937b; pág. 265). Depreendemos daí, a articulação freudiana entre a impossibilidade estrutural da psicanálise, atribuída à força da pulsão de morte, e a possibilidade de que o processo analítico engendre uma verdade sobre o inconsciente¹¹.

Considerando a limitação do objetivo terapêutico da psicanálise, a posição do analista, definida por Lacan (1960-61; pág. 194) como aquele que contém o objeto fundamental, não é adotada assim que a demanda de análise é dirigida a ele, mas é um efeito legítimo da transferência. A posição que o analista vem

¹¹ Visando essa articulação, Angela C. Bernardes (2003) parte do conceito freudiano de perlaboração e propõe que o saber produzido em análise decorre de uma elaboração que possibilita um tratamento do impossível próprio ao trabalho da análise.

assumir visa instaurar, na fantasia fundamental, o lugar onde o sujeito pode situar seu desejo, cultivado, até então, à margem da demanda que dirige ao Outro. A fábula sobre o mendigo, que se encontra diante do cardápio de um restaurante chinês, ilustra a demanda do sujeito dirigida ao analista, trata-se de encarregar o Outro de saber sobre o seu desejo: *interprete o que eu te falo e, me diga, o que eu desejo?* O desejo alimentar, mesmo o de um mendigo, não se reduz à alimentação, mas serve de suporte e símbolo da relação da pulsão com o objeto parcial (Lacan, 1964; pág. 300).

A fala é tomada, em análise, no sentido de um ato que visa o reconhecimento do Outro a respeito do lugar de quem a profere. No entanto, na experiência analítica, o Outro não reconhece, nem testemunha; o que há de ativo aí é o objeto a (Brodsky, 2004; pág. 16). Conter o objeto fundamental, portanto, não equivale a possuir a capacidade de compreender. Aliás, a proposta de Lacan é que o analista coloque sempre em dúvida o que compreende. “É somente na medida em que, decerto, ele sabe o que é o desejo, mas não sabe o que esse sujeito, com quem embarcou na aventura analítica, deseja, que ele está em posição de ter em si, deste desejo, o objeto.” (Lacan, 1960-61; pág. 195). Aquele que compreende o que o sujeito fala acredita poder responder à sua demanda. Ocorre que a demanda não é explicitada de maneira a ser compreendida, mas interpretada. (Lacan, 1960-61; pág. 198).

O analista é interrogado como portador de um segredo único que o capacitaria a superar o desconhecimento fundamental a respeito do desejo do Outro; desconhecimento, aliás, que corresponde ao limite do conhecimento de si (Lacan, 1960-61; pág. 261-3). O analisando convoca o analista a ser a presença real do objeto inconsciente, mas este lugar só é ocupado pelo analista na medida em que o sujeito possa vir a localizar aí o significante faltoso. Ao representar, durante algum tempo, não o objeto, mas o significante visado pelo desejo, o analista mantém vazio o lugar onde este significante é convocado. Isso quer dizer que o analista se cala, demonstrando sua falta a ser, ou seja, trazendo para o primeiro plano a presença do sujeito, precisamente no ponto em que é barrado. Do lugar de onde o sujeito se apaga e se subordina aos significantes, o analista evoca

a dimensão do desejo, qual seja, a de uma alienação fundamental (Lacan, 1960-61; págs. 264-5).

Conforme esquematizada em 1964, a relação do sujeito com o desejo do Outro, em questão na fantasia, se dá por meio de duas operações denominadas alienação e separação. No tópico 2.2, vimos que a fantasia fundamental se estrutura a partir de uma posição de alienação em relação ao significante que vem do Outro, mas também conta com um movimento de separação. Nessa situação, o sujeito, ao mesmo tempo em que é sacrificado, é instituído pelo engendramento de outro significante em relação ao qual o significante do Outro o representa.

Em 1968-69, durante o *Le Séminaire D'un Autre à l'autre*, Lacan resume: o termo necessário para que um sujeito seja enunciado como tal, encontra-se fora do campo do Outro. Ocorre que esse significante, cuja inscrição não se dá no campo do Outro, define a função do saber (Lacan, 1968-9; págs. 82-3). Isso porque, a demanda de saber sobre o sujeito do inconsciente equivale à demanda pelo objeto do desejo do Outro, ou seja, por aquilo que falta ao Outro. A promessa e a esperança de cernir o sujeito nesse significante que encontra-se fora do campo discursivo do Outro é o que Lacan situa, na transferência, como o sujeito suposto saber (Lacan, 1968-9; págs. 87-8).

No entanto, a enunciação do sujeito é interpretada, em análise, como uma demanda ao Outro, na medida em que é relativa à limitação da estrutura do Outro. Devido a essa limitação, diante da demanda sobre o sujeito, a estrutura do Outro responde através da recusa, é o que Lacan denomina de significante do Outro barrado (Lacan, 1968-9; pág. 88). Assim, em detrimento da questão sobre a existência do Outro, já definido como a suposição de um gozo absoluto, a questão sobre a existência do sujeito é mais pertinente à psicanálise (Lacan, 1968-9; pág. 104). Tendo isso em vista, sendo a fantasia fundamental o suporte imaginário que responde ao enigma sobre o desejo do Outro através do sacrifício do sujeito (Lacan, 1964), destacamos, no tópico 3.1, a construção da fantasia como um dos objetivos da experiência analítica, entendida como um processo que visa traçar uma margem de desejo, a partir da formulação e da interpretação da demanda ao Outro.

Definir a fantasia fundamental como alvo do trabalho analítico, no entanto, não equivale a propor uma regressão que visa identificar e suspender os impasses pré genitais rumo ao caráter genital do fim da análise. Diferente disso, a fantasia equivale à descoberta pessoal pela qual é possível que o sujeito designe o significante da castração do Outro (Lacan, 1960-61; págs. 264-5). A escrita lacaniana da estrutura da fantasia, $\$ \diamond a$, serve como um artifício para se remeter a um lugar indizível, aquele no qual o sujeito se dissolve (Lacan, 1960-61; pág. 326).

Na primeira parte do Seminário XVI, denominada “A inconsistência do Outro”, Lacan (1968-9; pág. 40) estabelece uma relação entre saber e gozo, segundo a qual o saber ordena o gozo. Isso quer dizer que apenas a partir de uma ordenação do saber, o gozo se torna um objeto sobre o qual se pode elaborar algum conhecimento. Da mesma forma, o objeto a não é algo a ser descoberto, mas sim um efeito do discurso analítico, que só surge enquanto o analista é, ele mesmo, esse efeito. Definida como um sintoma, a posição do analista é resultante de uma transformação que é determinante para a posição do sujeito, a que diz respeito à relação do saber com o fundo enigmático do gozo (Lacan, 1968-9; pág. 46).

Durante a primeira lição do Seminário sobre os Nomes-do-Pai, foi atribuída ao Outro a suposição de um gozo puro, sustentada pela via simbólica do nome do pai. Marcando a ausência do Outro, o nome do pai é o que garante que o gozo do sujeito, em contraste com o gozo suposto, seja submetido à lei do incesto, restringindo-o, assim, ao campo do desejo (Lacan, 1963). A partir da articulação lacaniana entre saber e gozo, o Outro é reconhecido como um suporte para a noção de que o saber já está lá. Há, no entanto, uma falha inerente ao saber que faz com que a respeito de nenhum saber se possa presumir vir a ser absoluto algum dia, o que equivale a dizer que o gozo do Outro não passa de uma suposição (Lacan, 1968-9; págs. 63-64).

Assim, devido à inconsistência no Outro, o sujeito só vem a se significar enquanto tal em um ponto exterior ao Outro, ou seja, exterior ao universo do discurso (Lacan, 1968-9; págs. 75; 77). Sua enunciação, no entanto, enquanto

campo de inscrição daquilo que se articula no discurso, passa pela demanda (Lacan, 1968-9; págs. 84; 87), o que já havia sido figurado na fórmula da pulsão, $\$ \diamond D$. A enunciação da demanda traz em si e demonstra esta que é a falha do desejo. O desejo, porém, não pode se dizer, ao contrário, ele é a desinência do dizer interpretado como demanda ao Outro. Nesse sentido, a interpretação do desejo, em análise, corresponde à produção de um saber sobre o desejo em torno da demanda.

Durante o Seminário O avesso da psicanálise, considerando que o saber faz surgir a intervenção significativa como um campo discursivo determinado, Lacan (1969-70; pág.13) define: o saber é o gozo do Outro. Isso porque o saber que resulta da experiência analítica trata de estabelecer uma relação que ligue o significativo cernido no campo do Outro e um outro significativo, forjado pelo movimento de separação, que não se inscreve no campo do Outro. (Lacan, 1969-70; págs. 27-8) Ao retomar a assertiva segundo a qual a determinação do sujeito se dá a partir de, no mínimo dois significantes¹², Lacan condiciona o saber sobre o sujeito, produzido em análise, tanto à suposição do gozo do Outro, quanto ao limite de sua estrutura discursiva.

A posição do psicanalista, enquanto objeto a, designa aquilo de mais opaco e, ao mesmo tempo, de mais essencial dentre os efeitos do discurso (Lacan, 1969-70; pág. 40). Os termos oral, anal, escópico e vocal são nomes que designam como objeto o que diz respeito ao objeto a, mas este, em última análise, é o que decorre do fato de que o saber se reduz, enquanto meio de gozo, à articulação significativa. Assim, o que a análise instaura não é o suposto saber do analista, enquanto Outro sobre o qual se supõe o gozo absoluto, mas ao contrário, o analista, tendo em vista o desejo do Outro, supõe um sujeito naquele que o procura (Lacan, 1969-70; págs. 48; 50).

“Com o objeto a, Lacan deu um novo sentido ao *si mesmo*” (Miller, 1991/1997; pág. 419). O discurso do analista introduz a subversão do si mesmo introduzida pela tradição filosófica ocidental, pois não se trata de encontrá-lo no campo discursivo do Outro, mas ao separar-se deste, em outro

¹² cf. “*L’instance de la lettre dans l’inconscient ou la raison depuis Freud*” (LACAN, 1957/1966).

lugar. O resto pulsional que não se submete ao trabalho da análise e que justificou o conceito freudiano de pulsão de morte (Freud, 1920), é onde Lacan situa o si mesmo enquanto um resto de gozo (Miller, 1991/1997 ; págs. 422; 425).

No entanto, como situar o si mesmo no objeto a, quando este é um homólogo da irrepresentabilidade do sujeito da fantasia¹³? No tópico seguinte, abordaremos a temática lacaniana da destituição subjetiva como um impasse no qual culmina a construção da fantasia fundamental, ou seja, a identificação do sujeito com o objeto a. Em seguida, proporemos a retificação ontológica, operada por Lacan, como condição de possibilidade para que a destituição da subjetividade seja tomada como um efeito de ser.

4.3

O impasse da destituição subjetiva

Em decorrência da construção da fantasia fundamental, o desvanecimento da demanda corresponde ao desvanecimento do Outro. O que o analisante perde é aquilo que o sujeito sempre demandou, a possibilidade de ter um lugar no Outro, o que traz consequências importantes para o sujeito. Na concepção lacaniana, elucidada por Miller, com o desaparecimento do Outro, a quem o sujeito neurótico dava o poder de esmagá-lo, pode haver um estado de entusiasmo que pode chegar ao estabelecimento de uma crença de ser ele mesmo o Outro. No entanto, o reconhecimento da inexistência do Outro também pode suscitar um afeto depressivo. (Miller, 1993/1997; págs. 442-3)

Se o lugar simbólico a quem o sujeito dirige sua demanda essencial, a de uma significação para a sua existência, é o objeto perdido na fantasia, então, o eu refletido pela imagem especular também é perdido, e o que dele resta é o objeto a. Com a presença deste último, proporcionada pela construção da fantasia fundamental, o eu aparece como não existência, o que Lacan aborda, a partir da

¹³ Apesar de reconhecer a elaboração lacaniana do objeto a como um homólogo da irrepresentabilidade do sujeito, Clément (1973) advoga por um trabalho analítico com a fantasia que visa desvendar a determinação histórica e ideológica do sujeito da fantasia, sendo pois, diverso daquele proposto por Lacan.

década de 60, através do tema da destituição subjetiva. Assim, podemos considerar que, com a construção da fantasia fundamental, a suposição neurótica sobre o gozo absoluto do Outro é perdida e leva consigo a forma imaginária onde o sujeito se reconhecia como um eu, restando deste apenas algo inapreensível, denominado por Lacan de objeto a¹⁴.

Tendo em vista o esforço da análise em fazer deste resto um significante, o objeto a é um saber engendrado pelo sujeito, quando este consegue se separar da ilusão alienante implicada na suposição sobre o saber do Outro. No tópico 3.3, abordamos o objeto a como um símbolo da castração do Outro, daí ser traduzido subjetivamente pelo afeto da angústia. Desta forma, nossa questão sobre o trabalho com a fantasia em análise desemboca em uma questão sobre a análise que há mais além da angústia de castração. Se, como vimos, a angústia é a tradução subjetiva da presença do objeto a, então, há, em análise, algum trabalho possível com a fantasia, além da produção da angústia?

Lacan chama atenção para a distância a ser tomada da angústia, não trancá-la no armário, nem bem deixá-la em estado fluido (Lacan, 1962-3; pág. 17). É a nomeação do Outro, mediante o destacamento do objeto a, que permite ao sujeito ultrapassar a angústia. A função do objeto a não se constitui devido à uma falta do sujeito, mas, mais exatamente, devido à uma insuficiência do gozo situado no nível do Outro. O objeto a se refere, portanto, à separação crucial entre o desejo e o lugar do gozo. O desejo vai ao encontro do gozo, mas para isso, deve atravessar a fantasia que o sustenta e o constrói (Lacan, 1962-3; págs. 383; 389).

Na experiência analítica, tendo em vista que o sujeito só pode falar de si quando tornado objeto de uma linguagem compartilhada no campo do Outro, o que fornece ao desejo uma mediação simbólica é a função da linguagem. No entanto, em favor da nomeação do Outro enquanto um lugar simbólico, a análise conta com uma certa destituição da função imaginária do eu (Lacan, 1953; págs. 282; 322).

¹⁴ Em “O objeto em causa na cura”, Hoffmann (2008) observa que é em função do fracasso do gozo, atestado durante a análise, que o objeto a se constitui enquanto causa do desejo.

Durante a década de 60, a questão sobre a destituição subjetiva foi mais explicitamente abordada como um obstáculo a ser atravessado pelo analista, em sua formação. O que Lacan (1967/2001; págs. 252; 254-5) situa na passagem do psicanalisante ao psicanalista é a rejeição do ser que não sabia a causa de sua fantasia. A Escola se engaja a dissipar a sombra que paira sobre a passagem do analisante ao analista, um sentimento de horror frente à destituição subjetiva.

Lacan (1967/2001; pág. 243) buscou garantir que a efetuação das estruturas certificadas na psicanálise se dê a partir da formação do analista. Dito de maneira resumida, na Escola freudiana de Paris, fundada por Lacan, a titulação de psicanalista foi definida segundo critérios elaborados em continuidade com a crítica lacaniana sobre a ordenação vigente nas sociedades psicanalíticas contemporâneas a ele, especialmente a IPA, onde tivera seu cargo destituído.

Nos termos de Lacan (1967/2001; pág. 243-4), para que seja nomeado, espera-se do psicanalista que ele se torne psicanalista de sua própria experiência. O reconhecimento por parte da escola consiste, não somente em uma titulação, mas, principalmente, em atestar o poder do analista em testemunhar os problemas cruciais da análise, estando intimamente entretido com a sua resolução.

Se, por um lado, a experiência psicanalítica através da qual se dá a construção da fantasia fundamental implica na destituição subjetiva, por outro, convoca um enfrentamento da verdade que é próprio ao saber em jogo na psicanálise. Trata-se do aparecimento, no real, daquilo que é recusado pelo simbólico. Nesse sentido, a destituição subjetiva não é capaz de frear o desejo do analista, ou seja, seu compromisso com a verdade (Lacan, 1967/2001; pág. 252).

A falta que sustenta o desejo se inscreve, a partir do encontro do ser do desejo com o ser do saber, de tal forma que possa vir a ser testemunhada por um analista da escola. O que a construção da fantasia fundamental revela é que o desejo do sujeito encontra-se ancorado em um des-ser. O sujeito encontra-se destituído do ser que não sabia a causa da sua fantasia, mas ao mesmo tempo, o sujeito se torna um saber suposto. O ser do desejo e o ser do saber compõem uma superfície em cuja borda se inscreve uma falta (Lacan, 1967/2001; pág. 254).

Para que esse encontro entre o ser do desejo e o ser do saber seja produzido, se faz necessário recompor um Outro para o sujeito, um Outro de suplência para os analisados convencidos de que o Outro não existe. Mas como fazer existir um Outro que não existe? Miller situa aí a função das instituições psicanalíticas. A demanda de passe, tal como este foi proposto por Lacan, é paradoxal, é um pedido de que a instituição verifique o término de uma análise, ou seja, que verifique não haver mais demanda ao Outro. (Miller, 1993/1997; pág.443-4)

No seminário XI, Lacan (1964; pág. 304) reconhece, no reposicionamento do sujeito em relação ao objeto a, o movimento no qual se constitui a pulsão, assim, a experiência da fantasia fundamental foi definida como a experiência da pulsão. A pulsão é conceituada por Freud como uma demanda que não pede nada a ninguém, uma exigência que prescinde do consentimento do Outro. A destituição subjetiva relativa à perda da suposição sobre o gozo do Outro, portanto, se dá no nível pulsional. Quando a falta a ser, que é própria ao sujeito, não é passível de ser curada pelo saber do Outro, ela deixa de existir como falta, e o que se coloca no lugar da falta é uma cicatriz. Mas para viver a pulsão, a fantasia radical deve não apenas ser construída, mas atravessada. Isso está para além da análise e nunca foi abordado a não ser no nível do analista, na medida em que deste é exigido que tenha atravessado o ciclo da experiência analítica.

Nesse contexto, o passe é proposto como aquilo que produz, não a falta a ser, mas um efeito de ser. O passe, portanto, não é proposto como renúncia ou resignação, mas sim como algo que concerne ao ser enquanto janela para o real, trata-se da possibilidade de ver a janela e se saber como sujeito da pulsão¹⁵. (Miller, 1993/1997; págs. 445-6; 588) O compromisso institucional de Lacan é o de recontaminar o analista com o desejo de saber, reenviá-lo a uma posição analisante em relação ao sujeito suposto saber, ou seja, a uma relação com a ignorância.

¹⁵ cf. o testemunho de passe de Salman (2010). A autora transmite sua experiência de análise, concluída quando o sujeito da pulsão é cernido no significante “encarnada”.

Em *Le Seminaire le livre XV*, a destituição subjetiva foi mais especificamente atribuída ao sujeito suposto saber. Como vimos neste capítulo, a transferência tem a função do sujeito suposto saber como ponto central. No seminário em questão, Lacan (1967-8; pág. 60) define o ato psicanalítico como aquilo que suporta a transferência. Trata-se, especificamente, de uma intervenção significativa que, como veio a ser formulado posteriormente, ex-siste ao sentido constituído no campo do Outro.

Durante uma análise, perde-se o suposto saber como um órgão do gozo único, unário, esta perda encontra-se no nível do des-ser do sujeito. O objeto a é a realização deste tipo de des-ser que atinge o sujeito suposto saber (1967-8; pág. 61-2). Para o psicanalista, já há saber sobre o des-ser do sujeito suposto saber, tendo em vista ser este o ponto de partida da lógica da análise, seu ponto de partida necessário.

Com a extração do objeto a, o significativo recalado é articulado a um outro significativo. No entanto, tal articulação não se configura como uma representação do sujeito, este não encontra ali representado um sentido que reúna a sua existência. Nesse sentido, a intervenção analítica é operada através de um significativo que não é suscetível a nenhuma generalização reconhecida como saber (1967-8; pág. 65). Lacan se refere aí ao saber suposto em relação ao simbólico, ou seja, àquilo que se incarna como significativo (Lacan, 1974-5; pág. 119). Em contraste com o saber atribuído ao simbólico, o Real ex-siste aos sentidos produzidos nas relações significantes (Lacan, 1974-5; pág. 130). Desta forma, o ato analítico sustenta um saber que, apesar de ser produzido em uma relação significativa, ex-siste ao sentido.

Durante a década de 70, é possível identificar a preocupação de Lacan em conferir ao objeto a consistência necessária para que o trabalho com a fantasia fundamental - passando pelo efeito de des-ser do sujeito suposto saber - culmine em um efeito de ser. No *discurs à l'école freudienne de paris*, Lacan (1970; pág. 273) esclarece que não é a destituição subjetiva que faz des-ser, mas ser, singularmente e forte. Em seguida, com a elaboração do conceito de *sinthoma*, Lacan, (1975-6) privilegia a consistência da qual o recurso ao nó é solidária, em

detrimento da evanescência e do horror atribuídos ao objeto a, em seus textos da década de 60.

A partir da elaboração do conceito de *sinthoma* é possível apostar na experiência analítica como uma experiência de ser, ou seja, como resultado de um trabalho com a fantasia que vise engendrar a consistência do sujeito a partir de uma certa utilização do inapreensível objeto a. Ainda que a experiência da análise não possa prescindir da falta a ser, a identificação com o *sinthoma* é proposta como uma experiência de ser.

Situado no mais além da fantasia, o real resulta de uma operação da análise, assim definida por Miller (2002; pág.12): “...a fantasia submetida ao dispositivo analítico é animada por uma lógica que permite passar da suposição à ex-sistência.”. A identificação com o *sinthoma*, com aquilo que resta da significação transferencial do sintoma, ou seja, o que não é passível de ser interpretado durante o tratamento analítico, depende da redução do sintoma à sua parte irreduzível, quando o ser se reconhece no incurável (Miller, 1995/1997; pág. 454).

Em 1964 Lacan já localiza a saída da análise em um momento posterior ao da identificação com o objeto a, quando a experiência da fantasia fundamental passa da experiência da angústia à vivência da pulsão. No entanto, diante da questão sobre como viver a pulsão após a travessia da fantasia radical, Lacan (1964; pág. 304) aponta a experiência analítica do analista como aquela que encontra-se além da análise.

A partir da articulação entre o sujeito e o saber, mais especificamente, o saber novo, Pierre Naveau (1999), em seu artigo “L'expérience et son résultat”, considera a identificação com o *sinthoma* (Lacan, 1975-6) equivalente à travessia da fantasia (Lacan, 1964). Trata-se de situar o objeto a no cerne da relação entre o sujeito e o saber.

Na medida em que a experiência analítica implica o desejo de saber sobre si mesmo, o efeito da destituição subjetiva é um efeito de ser, onde Naveau (1999) situa a invenção. Conforme a proposta de Naveau (1999), o saber que comporta o desvelamento da presença do objeto a se separa da fantasia construída, ou seja,

daquela que pôde ser escrita. Trata-se, portanto de um saber que não se escreve pela fantasia, mas à sua margem, onde encontramos a ex-sistência do sinthoma.

Conforme abordamos no tópico 3.4, na década de 70, Lacan (1975-6) elaborou um recurso à figura do nó, deslocando para o real a ênfase conferida ao simbólico enquanto ponto de articulação entre os três registros da realidade: simbólico, imaginário e real. Sendo, simultaneamente, um obstáculo ao conhecimento e um suporte da relação significante, o nó ilustra a forma de existência própria ao real. O real se caracteriza por ex-sistir ao sentido (Lacan, 1974-5).

Segundo Miller (2002; pág.11), a necessidade de propor uma ex- sistência resulta da tese sobre a inexistência do Outro. A ex-sistência designa a posição do real, que é correlativa à inexistência do Outro. Como vimos no tópico 3.4, o gozo proporcionado pela fantasia fundamental inclui uma perda de gozo. A mudança na posição do sujeito frente à suposição sobre o gozo absoluto do Outro se passa entre suposto saber e objeto a.

Se a entrada em análise pode ser situada a partir de uma retificação concernente à participação ativa do sujeito na fabricação da realidade, podemos situar a conclusão do tratamento em torno de uma retificação concernente à consistência do objeto a. Em um momento inicial, relativo ao efeito da interpretação, o gozo do sujeito é incluído na constituição do sintoma, o que coloca em questão a suposição sobre gozo absoluto do Outro. Posteriormente, com a construção da fantasia fundamental e seu colateral fracasso da eficácia simbólica do Outro, desvela-se o des-ser do sujeito suposto saber, situação que reduz o sujeito ao objeto a. Em tal estado de coisas, quando o sujeito não pode ser reunido pelo sentido estabelecido no universo simbólico do Outro, é forjada uma amarração para reunir sua existência. Na conclusão de uma análise, portanto, não é o sentido, mas sim o significante, aquilo que confere alguma consistência para o ex-sistir.

4.4

Retificação ontológica lacaniana

Neste tópico, buscaremos traçar algumas coordenadas da retificação ontológica operada por Lacan, em relação à ontologia de Aristóteles, a partir das quais é possível atribuir à destituição subjetiva um efeito de ser.

A falta-a-ser é condição de possibilidade para o advento do sujeito enquanto um ser desejante. Há um fracasso relativo ao ser que marca uma falta no sujeito, deixando um lugar onde algo vem se colocar. Se, por um lado, a falta-a-ser possibilita o advento do desejo, por outro, Lacan (1974-5; pág. 119) forja o termo “*parlêtre*”, inserindo a fala no núcleo existencial do sujeito, de maneira que mesmo a existência da palavra ser encontra-se condicionada à fala. Aliás, cada realidade se funda e se define por um discurso, não há, portanto, nenhuma realidade pré-discursiva. Para o ser falante, a consistência é algo a ser fabricado, inventado e não uma essência. Tal consistência é abordada por Lacan através da figura do nó, aquilo que faz uma determinada amarração da realidade, reunindo a consistência imaginária e o furo do simbólico. No entanto, ainda que não seja possível figurá-lo, o nó é aquilo que ex-siste (Lacan, 1974-5; pág. 95-6).

A ontologia, ou a produção do discurso filosófico sobre o ser, se apoia sobre uma relação complementar entre significante e significado, onde o primeiro sinaliza o segundo. No entanto, “O significado não é aquilo que se ouve. O que se ouve é significante. O significado é efeito do significante.” (Lacan, 1972-3; pág. 39), ou melhor, de uma relação entre significantes. Lacan opõe ao ser substancial, essencial, tal como o significado é sustentado pela tradição filosófica, o ser da significância, que tem como razão, não um sentido identitário, mas o gozo do corpo. Desta perspectiva, a razão do ser não deixa de ser identificada ao pensamento, então definido como gozo (Lacan, 1972-3; págs. 76-7).

Cassin (1995; pág. 404) atribui ao recurso lacaniano do significante a função de abalar a certeza do sentido, que desde Aristóteles é um sentido único. Em contraste com a ontologia aristotélica, a tese lacaniana, assim como a sofista, é a de que o ser é um efeito de dizer. Desta forma, a tese lacaniana marca um

contraste com o regime filosófico do discurso que toma o dizer como equivalente ao significar. Nesse contexto filosófico, dizer é tornar significante alguma coisa que, em si mesma, tenha o mesmo sentido tanto para quem diz como para o outro a quem se diz (Cassin, 1995; pág. 400). Diferente disto, ao definir o ser como efeito de um dizer, Lacan nega a existência de qualquer realidade em si mesma, ou seja, do objeto substancial pré-discursivo. A realidade e o ser se constituem apenas a posteriori, é no discurso que se dá sua existência. Como sintetiza Cassin (1995; pág. 399), a linguagem é capaz de construir um efeito-mundo.

Considerando que o processo de subjetivação conta com uma fratura inerente à permanência do ser, Figueiredo (2002) nota que a subjetivação e a de-subjetivação encontram-se dispostas em uma relação dialética. Quando acentuadas as perdas e ausências implicadas na experiência, têm lugar os processos de-subjetivantes que, ao fraturar a permanência do ser, nos levam para além da ontologia herdada do pensamento filosófico Ocidental. Esta última atribui a existência de alguma coisa à sua plena presença. A plena presença serve, portanto, de critério para que a existência de algo seja legitimada como uma existência verdadeira.

No entanto, para que a experiência humana seja tomada em sua singularidade, é preciso superar a ontologia da substância para incluir as experiências a partir das quais é possível situar, na existência singular que identifica um sujeito, a experiência de de-subjetivação. Segundo Figueiredo (2002), para que a experiência de de-subjetivação seja incluída na subjetivação do sujeito, se faz necessário operar a de-substancialização da subjetividade.

De acordo com o estudo de Castro (2008; pág. 100), a teoria aristotélica da substância, ou seja, da essência, tem como objeto o princípio vital que causa a unidade do organismo vivo. A *psyche* é definida como causa do movimento vital e da forma específica que é responsável pela identidade biológica do indivíduo (Castro, 2008; pág. 116). Em contraste, na tese lacaniana, conforme indica Vieira (2008; pág. 119), a singularidade do ser não reside na sua substância essencial, mas se constitui na passagem do Outro ao objeto a, realizada ao longo do tratamento analítico. Desta forma, o tratamento analítico orientado pela

construção da fantasia fundamental não tem como objeto a *psyque* que anima o indivíduo, mas visa a subjetivação como efeito de um encontro com o real.

Em Aristóteles, dito de maneira reduzida, o conceito identitário se afirma como um apelo ao conceito de substância que garante a univocidade e constância do ser, sua essência, portanto. Trata-se de uma ontologia definida pela substância do ser. No entanto, como indicam Costa & Fonseca (2008), a subjetividade transborda as linhas da identidade enquanto algo que permanece igual a si mesmo. A subjetividade não é feita de constância, mas de constante movimentação, encontra-se para além do ser em si mesmo. Ao transbordar as linhas da identidade, a teoria lacaniana da subjetividade é radicalmente nova, envolvendo a questão de como alguém se torna um sujeito, trata-se da subjetivação como um “processo de tornar 'seu' algo que antes era estranho.” (Fink, 1998; pág. 11).

O discurso analítico enuncia que “Há relação de ser que não se pode saber.” (Lacan, 1972-3; pág. 127), revelando um não-ser que, no entanto, pertence ao ser. Por se tratar de algo que não pode ser escrito, a relação sexual é situada por Lacan no limite do Outro (Lacan, 1972-3; pág. 41). O que dá algum contorno ao Outro, no entanto, é que esse saber impossível possa ser dito entre palavras.

...essa relação sexual, na medida em que a coisa não vai, ela vai assim mesmo – graças a um certo número de convenções, de interdições, de inibições, que são efeitos da linguagem e só se deve tomar como deste estofo e deste registro. (Lacan, 1972-3; pág. 38)

Conforme defende Cassin (2013), o princípio lacaniano “não há relação sexual” questiona o princípio aristotélico da não-contradição. Em busca do princípio mais fundamental do conhecimento científico, Aristóteles definiu: “É impossível que o mesmo [atributo], a um só tempo, pertença e não pertença à mesma [realidade], e segundo a mesma [relação].” (Philippe, 2002; pág. 175). De acordo com esse princípio, não há identidade entre o ser e o não-ser, ou seja, o não-ser não pode ser definido como um ser.

Tomando como referência a ontologia aristotélica, calcada sobre o primado da substância, a elaboração lacaniana de que o real ex-siste ao sentido promove uma retificação ontológica, a partir da qual é possível que a análise faça uso do

não-ser restante da subjetividade que foi destituída em decorrência da construção da fantasia fundamental. Partindo da retificação ontológica lacaniana, se há um processo de subjetivação em jogo na análise, trata-se de, reincluir na subjetividade aquilo que restou da destituição subjetiva. Trata-se de o sujeito se reconhecer como um ser nisso ao qual não se pode atribuir um sentido.

Considerações finais

Para concluirmos a presente tese, de saída, devemos retomar as funções da fantasia identificadas durante a pesquisa. Partimos da função simbólica das fantasias, enquanto formações imaginárias, considerando seu uso em favor do tratamento analítico, tal como proposto por Freud. A lógica substitutiva, a partir da qual Freud classifica as fantasias em meio aos sintomas, atos falhos e chistes, situa tais formações enquanto substitutos postos no lugar da impossibilidade de reproduzir a vivência do real tal como fora recalcada, ou seja, a vivência do gozo proporcionado pela sexualidade infantil. Nesse sentido, se Freud atentou para o uso, durante o tratamento analítico, da lógica substitutiva das fantasias foi no sentido de produzir um efeito subjetivo semelhante ao da lembrança.

Em nossa montagem da concepção freudiana sobre as fantasias, destacamos a função substitutiva identificada inicialmente por Freud nas lembranças encobridoras. Tais lembranças, relatadas pelo neurótico ao psicanalista, na composição de uma narrativa sobre o seu sofrimento, foram interpretadas por Freud como cenas que velam um acontecimento sexual traumático ocorrido na infância. Diante do impasse clínico decorrente da suposição de que uma sedução sexual tenha, de fato, sido sofrida por todos os neuróticos, Freud situa o objeto da investigação analítica na realidade psíquica em jogo na fantasia sexual. Nesse contexto, a ficção não é tomada em uma relação de oposição com a verdade, assim, ainda que a sedução relatada seja fictícia, as formações imaginárias trazidas à análise são definidas como o objeto da investigação freudiana.

No contexto do tratamento analítico, a fantasia de sedução exerce a função de substituir uma outra fantasia que permanece inconsciente por encontrar-se ligada à atividade sexual infantil cuja representação fora recalcada. Em última análise, a função desempenhada pela fantasia sexual na psicanálise é a de servir como um substituto imaginário do erotismo infantil recalcado, ou seja, da satisfação impossível. Consideramos que as fantasias desempenham assim a função de figurar algo irrepresentável. Ainda que o real do gozo se situe fora das

significações disponíveis em um universo simbólico compartilhado, a função substitutiva das fantasias proporciona um modo de satisfação que inclui o gozo atribuído ao erotismo infantil recalcado.

Lacan propõe atribuir a função simbólica da fantasia, não à sua capacidade de reproduzir imaginariamente as relações libidinais estabelecidas com um objeto de satisfação, mas sim por figurar o enigma sobre o desejo do Outro, cuja formulação tem como ponto de partida a ausência do objeto de satisfação. É em função do desejo do Outro que a fantasia fundamental confere um enquadre ao gozo impossível da relação sexual.

Abordamos a conceituação freudiana sobre a experiência de satisfação como um referencial teórico que fornece uma narrativa sobre a ausência do objeto de satisfação, em jogo na origem do processo de simbolização. A experiência de satisfação é situada por Lacan, a partir da consideração sobre um terceiro elemento que excede e, desta forma, regula a relação entre a necessidade e os objetos ansiados, trata-se do enigma sobre o desejo do Outro.

A ausência da satisfação esperada é o que deflagra o teste de realidade, sendo este o processo através do qual o sujeito situa o objeto ansiado em termos de presença-ausência. A ausência de um objeto real que corresponda à satisfação alucinada se coloca para o sujeito como um critério de localização de um mundo interior em contraste com o exterior. No entanto, algo escapa da codificação do mundo que dá sentido à experiência, o que promove um distanciamento radical entre o universo simbólico ao qual o sujeito encontra-se referido e aquilo cujo significado lhe escapa. Esta Coisa que resta do processo de simbolização encontra-se perdida e serve como referência do objeto de satisfação a ser encontrado.

Durante a pesquisa sobre a função da fantasia em análise, privilegiamos a leitura proposta por Lacan sobre a fantasia. À descoberta enunciada por Freud sobre a função simbólica da formação imaginária das fantasias é acrescentada a função da fantasia responsável pela inclusão do real do gozo em sua estrutura. A função substitutiva das fantasias proporciona um modo de satisfação que inclui o gozo inacessível, atribuído por Freud ao erotismo infantil recalcado. A esse gozo impossível, o sujeito não tem recursos imaginários para atribuir a si mesmo a autoria, nesse sentido, Lacan situa-o como gozo do Outro. Ao destacar o lugar do Outro na produção fantasística, Lacan não reduz a função simbólica da fantasia à

representatividade imaginária da satisfação do desejo, diferente disso, confere ênfase à delimitação de um impossível de realizar.

Na abordagem de Lacan sobre a fantasia, ao simbolismo atribuído por Freud às fantasias é acrescentado um lugar de destaque à impossibilidade que a vivência do real seja reproduzida imaginariamente pelo sujeito. Trata-se de reconhecer o limite inerente à capacidade do campo discursivo em simbolizar o real e de citar esse limite na estrutura da fantasia. O que esta simboliza, em última análise, é a relação do sujeito com o limite do Outro em significar sua existência como um conjunto das suas vivências.

O limite atribuído ao Outro corresponde à relação enigmática que o sujeito estabelece com o desejo do Outro. Nesse contexto, o desejo parte de uma posição fálica do sujeito frente ao enigma sobre o desejo do Outro. Tendo em vista este enigma, a fantasia expressa a lógica fundamental da relação do sujeito com a impossibilidade de alcançar o real do gozo do Outro. Então, para que a fantasia fundamental do sujeito seja construída, é preciso extrair a lógica segundo a qual o desejo se constitui na periferia da demanda de gozo dirigida ao Outro. A função da fantasia aí é a de situar o objeto insondável do desejo implicado nas formulações das demandas dirigidas ao analista. Com Lacan, portanto, definimos como função da fantasia o cernimento do real não simbolizado pelas formações imaginárias em jogo durante a análise.

Nesta tese, nos debruçamos sobre o problema da identificação do sujeito com o objeto a, cuja presença só pode ser traduzida pelo afeto de angústia. A construção da fantasia fundamental diz respeito à identificação com aquilo que restou da totalidade imaginária do eu perdida durante a análise. A identificação com o resto do eu equivale à destituição da subjetividade com a qual o sujeito se identificava até então. Tomamos aqui impasse da destituição subjetiva - em torno do qual Lacan desenvolveu, na década de 60, sua concepção sobre a fantasia fundamental.

A fantasia fundamental é forjada enquanto uma solução para o enigma sobre o desejo do Outro, ao articular o sacrifício do sujeito, enquanto um ser desejante, com o gozo do Outro, em nome do qual a ação em questão se dá. A posição do sujeito na fantasia fundamental é situada, assim, como a de objeto que satisfaz plenamente o desejo do Outro, já que desta posição é possível que o sujeito obtenha uma figuração sobre o real do gozo. Portanto, se o sujeito se

oferece como objeto que satisfaz o desejo do Outro, é em nome de uma figuração possível para o gozo do Outro.

A experiência analítica é definida por Lacan como uma demanda dirigida ao Outro, trata-se do apelo de receber o complemento de si. Na medida em que o Outro, lugar da palavra é também o lugar da falta a ser, a articulação da demanda é direcionada durante a análise para a falta a ser do sujeito. A imagem especular atestada pelo Outro e a alienação do sujeito no significante que materializa sua participação no universo simbólico não são capazes de conferir um sentido de totalidade à existência do sujeito. É quando o discurso do Outro se mostra limitado que a questão sobre o desejo se impõe, ou seja, a limitação do campo discursivo do Outro sinaliza algo sobre o desejo. Nesse sentido, o desejo do Outro serve como um suporte lógico para o desejo do sujeito.

O termo necessário para que o sujeito seja enunciado enquanto tal encontra-se fora do campo do Outro. O suposto saber é definido, assim, como uma promessa de cernir o sujeito nesse significante situado fora de um campo discursivo estabelecido. Esse significante é engendrado a partir da separação do sujeito em relação ao significante que vem do Outro, diante do qual o sujeito encontra-se em posição de alienação. O significante engendrado na separação enuncia o sujeito enquanto um significante da castração do Outro, um significante da inconsistência do discurso produzido em um campo de saber. Algo é situado fora das significações disponíveis no universo simbólico compartilhado, trata-se de algo que falta ao campo discursivo do Outro.

A fantasia fundamental não tem como ser abordada a partir de um discurso pré estabelecido em um campo de saber. Através da transferência, a análise promove um deslocamento da posição do sujeito em relação à suposição sobre o gozo do Outro. O que a experiência analítica opera é a instituição de um discurso que seja capaz de abordar esse objeto situado fora do campo do Outro.

O objeto a destacado na construção da fantasia fundamental representa a identificação do sujeito com o ponto de ausência na imagem especular. Desta posição a partir da qual o sujeito é anulado, a figuração do gozo impossível é o modo através do qual o sujeito se relaciona com a limitação do discurso do Outro. A função da fantasia, portanto, é a de simbolizar a relação do sujeito com o limite do campo discursivo em significar sua existência como um conjunto coeso das suas vivências. O saber a ser produzido na experiência analítica diz respeito à

relação significativa que determina o sujeito, sendo esta uma relação entre o significativo que inscreve o sujeito no campo simbólico e o significativo mantido fora das possibilidades representativas disponíveis.

As fantasias subjacentes à formulação das demandas dirigidas ao analista substituem uma demanda impossível de ser formulada. A redução dessas fantasias substitutivas à fantasia fundamental ganha lugar, durante a análise, a partir da falta a ser do Outro. O limite da formulação da demanda reside no fracasso das possibilidades discursivas produzidas pela interpretação analítica, o que suscita a questão sobre o desejo do analista. O desejo do analista encontra-se articulado ao limite da transferência, que é o limite da capacidade de simbolização inerente a qualquer campo discursivo delimitado.

Na demanda dirigida ao analista, o sujeito encarrega o Outro de saber sobre o seu desejo. No entanto, na experiência analítica, o Outro encontrado não é um ser que goza de um saber, mas sim um ser desejante. O objeto a é o efeito do discurso analítico incarnado pelo analista, cuja posição resulta de uma transformação da relação do saber com o fundo enigmático do gozo. A função da construção da fantasia fundamental é a de situar o objeto insondável do desejo implicado nas formulações das demandas dirigidas ao analista, ou seja, cernir o real não simbolizado pelas formações imaginárias interpretadas durante a análise.

Com a construção da fantasia fundamental e o desvelamento do arranjo das posições subjetivas fundamentais frente ao desejo do Outro, o sujeito perde a possibilidade de permanecer alienado no lugar simbólico que ocupa no Outro. Na figuração da fantasia fundamental, o sujeito é tomado como um objeto destituído de subjetividade. Ao se separar da relação alienante que até então mantinha com o significativo conferido pelo Outro, o sujeito perde a forma imaginária na qual, até então, identificava o eu.

A suposição alienante sobre o saber do Outro é o que garante a forma imaginária a partir da qual o sujeito anuncia alguma coesão com a qual se identifica como um eu. A experiência da psicanálise, tal como concebida por Lacan, implica em sacrificar a suposição alienante sobre o saber do Outro e, por conseguinte, sacrificar também a forma reconhecida como um eu. No entanto, o sacrifício do eu visa fazer do objeto a um nome. Conforme observa Miller, a categoria do “si mesmo” é situada por Lacan, não no campo discursivo do Outro, mas como um resto de gozo, do qual a linguagem simbólica não dá conta. No

entanto, ainda que não se encontre disponível no universo simbólico, o si mesmo, situado no objeto a, manifesta sua presença através do afeto de angústia.

Até meados da década de 60, o discurso de Lacan parece privilegiar o sacrifício da subjetividade forjada em uma relação de alienação relativa ao Outro. Já na década de 70, a conceituação sobre a lógica do nó e sobre a identificação com o sintoma, bem como a sua proposição sobre o passe, permitem abordar a identificação do sujeito com o objeto a, operada pela análise, como uma experiência através da qual o sujeito engendra um referencial discursivo para a sua existência. Trata-se de devolver alguma consistência para aquilo que restou após a construção da fantasia fundamental; para que o sujeito possa se situar em função de uma posição subjetiva e não apenas em função da destituição subjetiva operada na fantasia fundamental.

Finalmente, tomamos a ontologia aristotélica calcada sobre o primado da substância como uma referência, em relação à qual, a elaboração lacaniana de que o real ex-siste ao sentido promove uma retificação ontológica. A partir daí, constitui-se uma saída para o impasse da destituição subjetiva, através da fantasia, o sujeito se reconhece como um ser, em algo ao qual não se pode atribuir um sentido.

Referências bibliográficas

ALENCAR, M.L.O.A. **“A concepção freudiana da fantasia”** em 10X Freud (org.) Angela C. Bernardes, Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 2005.

ALTHUSSER, L.(1964/ **“Freud e Lacan”** em Freud e Lacan Marx e Freud. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

———. **Freud e Wittgenstein**. São Paulo: Editora Campos, 1990.

———. **L'objet du rire psychanalyse du risible**. Paroles à rire, Paris, 1999.

ARRIVÉ, M. (1986/1992) **Linguistic and psychoanalysis: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan and others**. John Benjamin, 1992.

ASSOUN, P-L. **Leçons psychanalytiques sur Le Fantasme**. Paris: Ed. Economica, 2010.

BAAS, B. **O desejo puro**. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

BERNARDES, A.C. **Tratar o impossível a função da fala na psicanálise**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BRODSKY, G. **Short story os princípios do ato analítico**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2004.

CASSIN, B. **L'effet sophistique**. Éditions Gallimard, 1995.

———. **“O ab-senso ou Lacan de A a D”** in Badiou & Cassin, **Não há relação sexual: duas lições sobre “o aturdito” de Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, S. **A teoria aristotélica da substância**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

CLÉMENT, C.B. **De la méconnaissance: fantasme, texte, scène**. Langages n°31, 1973.

COSTA & FONSECA. **Da diversidade: uma definição do conceito de subjetividade**. Revista Interamericana de Psicologia, vol. 42, n° 3, 2008.

DARRIBA, V. **A falta conceituada por Lacan: da Coisa ao objeto a**. Ágora, vol.8, n°1, Rio de Janeiro, 2005.

FIGUEIREDO, L.C.M. **O tempo na pesquisa dos processos de singularização**. Psicologia Clínica vol.2, n°14, 2002.

FINK, B. **O sujeito lacaniano entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FLOURY, N. **La matière affectuelle**. http://anabase-1.com/Files/nicolas_floury___la_matiere_affectuelle.pdf

FREUD, S. (1895a) Breuer, J. e Freud, S. **Estudos sobre a histeria**. Vol. II Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1894) **As Neuropsicoses de Defesa**. Vol. III Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1895b) **Projeto para uma psicologia científica**. Vol. I Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1896a) **A etiologia da histeria**. Vol. III Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1896b) **Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa**. Vol. III Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1897a) **Carta 69** Extratos dos Documentos Dirigidos a Fliess. Vol. I Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1897b) **Carta 71** Extratos dos Documentos Dirigidos a Fliess. Vol. I Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1897c) **Carta 75** Extratos dos Documentos Dirigidos a Fliess. Vol. I Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1897d) **Rascunho M** Extratos dos Documentos Dirigidos a Fliess. Vol. I Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1897e) **Carta 61** Extratos dos Documentos Dirigidos a Fliess. Vol. I Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1897f) **Rascunho L** Extratos dos Documentos Dirigidos a Fliess. Vol. I Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1899) **Lembranças Encobridoras**. Vol. III Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1905a) **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Vol. VII Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1905b) **Os chistes e sua relação com o inconsciente**. Vol. VII Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1906) **Minhas teses sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses**. Vol. VII Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1908a) **Fantasia Históricas e sua Relação com a Bissexualidade**. Vol. IX Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1908b) **Escritores criativos e devaneio**. Vol. IX Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1911) **Formulações sobre os Dois Princípios do Funcionamento Mental**. Vol. XII Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1914a) **A história do movimento psicanalítico**. Vol. XIV Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1914b) **Recordar, Repetir e Elaborar**. Vol. XII Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1915) **O inconsciente**. Vol. XIV Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1917a) **Conferência XXIII: Os Caminhos da Formação dos Sintomas. Conferências Introdutórias sobre Psicanálise**. Vol. XVI Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1917b) **Luto e melancolia**. Vol. XIV Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1918) **História de uma neurose infantil**. Vol. XVII Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1919) **'Uma criança é espancada' uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais**. Vol. XVII Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1920) **Além do princípio de prazer**. Vol. XVIII Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1923) **A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade**. Vol. XIX Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1927) **Fetichismo**. Vol. XXI Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1937a) **Análise Terminável e Interminável**. Vol. XXIII Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1937b) **Construções em Análise**. Vol. XXIII Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

———. (1940) **Esboço de Psicanálise**. Vol. XXIII Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GARCIA-ROZA, L.A. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

HANNS, L. **Dicionário comentado do alemão de Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HOFFMANN, C. **O objeto em causa na cura**. Ágora, vol.11 nº2, Rio de Janeiro, 2008.

KAFKA, F. **“A metamorfose”** em Clássicos de ouro Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KLEIN, M. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos**. Rio de Janeiro, Imago, 1975.

LACAN, J. (1949/1966) **“Le stade du miroir comme formateur de la fonction du je telle que nous est révéllée dans l'experiance psychanalytique”**. Écrits. Seuil: Paris, 1966.

———. (1953a/1966) **“Fonction et champ de la parole et du langage dans la psychanalyse”**. Écrits. Seuil: Paris, 1966.

———. (1953b/2005) **“O Simbólico, o imaginário e o real”**. Nomes-do-pai Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Nomes-do -pai .

———. (1953c/2001) **“Discours de Rome”**. Autres écrits. Seuil: Paris, 2001.

———. (1957/1966) **“L'Instance de la lettre dans l'inconscient ou la raison depuis Freud”**. Écrits. Seuil: Paris, 1966.

———. (1954/1966) **“Introduction au commentaire de Jean Hyppolite sur la <Veneinung> de Freud”** Écrits. Seuil: Paris, 1966.

———. (1958/1966) **“La direction de la cure et les principes de son pouvoir”**. Écrits. Seuil: Paris, 1966.

———. (1963/1966) **Kant avec Sade**. Écrits. Seuil: Paris, 1966.

———. (1956-7) **Le Séminaire livre IV, La relation d'objet**. Seuil: Paris, 1994.

———. (1957-8) **Le Séminaire livre V Les formations de l'inconscient**. Seuil: Paris, 1998.

———. (1959-60) **O Seminário livro 7, A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

———. (1960-1) **O Seminário livro 8, A transferência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992

———. (1962-3) **Le Séminaire livre X L'Angoisse**. Seuil: Paris, 2004.

———. (1964) **Le Séminaire livre XI Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse**. Seuil: Paris, 1973.

———. (1968-9) **Le Séminaire livre XVI D'un Autre à l'autre**. Seuil: Paris, 2006.

———. (1964) **O Seminário livro 17, Os avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

———. (1974-5) **Seminário 22, R.S.I.** Disponível no endereço eletrônico: <http://gaogoa.free.fr/SeminaireS.htm>

———. (1975-6) **O Seminário livro 23, O sinthoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

———. (1963) **“Introdução aos Nomes-do-Pai”**. Nomes-do-Pai. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

———. (1967/2001) **“Proposition du 9 octobre 1967 sur le psychanalyste de l'École”**. Autres écrits. Seuil: Paris, 2001.

LAPLANCHE, J. et PONTALIS, J.-B. **“Fantasme originaire, fantasme des origines, origine du fantasme”**. Les Temps Modernes, n°215, Paris, 1964.

———. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MAUPASSANT, G. **“O Horla”** em Contos fantásticos o Horla e outras histórias. Porto Alegre: L&PM, 1997.

MILLER, J.-A. **“Marginália de construções em análise”**. Opção lacaniana, n° 17, 1996.

———. **Lacan elucidado palestras no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

———. (1991/1997) **“O segredo do nome do pai”** em Lacan elucidado palestras no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

———. (1993/1997) **“Demanda e desejo”** em Lacan elucidado palestras no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

———. (1998) **A experiência do real no trabalho psicanalítico**. Curso de orientação lacaniana, lição de 18 de novembro de 1998.

———. **A ex-sistência**. Opção Lacaniana n°33, 2002.

———. **A invenção psicótica**. Opção Lacaniana. N°36, 2003.

NAVEAU, P. ***L'expérience et son résultat***. Ornicar? Digital, n° 109, 1999.

OGILVIE, B. **Lacan: le corps et le nom du corps**. Le corps, Paris: Vrin, 1992.

PHILIPPE, Marie-Dominique. **Introdução à filosofia de Aristóteles**. São Paulo: Paulus, 2002.

SALMAN, S. **Ânimo de amar**. Testemunhos dos AE no VII congresso da AMP. Opção Lacaniana n°58, 2010.

SANTIAGO, J. **O sinthoma é um**. Revista Correio, n°70, 2012.

TAVARES, B. **Freud e o estranho contos fantásticos do inconsciente**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2007.

VIEIRA, M.A. **Da realidade ao real; Jaques Lacan e a realidade psíquica**. Pulsional Revista de Psicanálise. São Paulo, v. 174, 2003.

_____. **Restos: uma introdução lacaniana ao objeto da psicanálise**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

ZIZEK, S. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.